

Veículo: Política Livre	
Data: 23.06.2020	Caderno: Economia



Novo portal do Governo do Estado amplia transparência durante pandemia

BAHIA

O Governo do Estado colocou no ar nesta segunda-feira (22) uma atualização do Portal Transparência Bahia (www.transparencia.ba.gov.br), tendo como principal novidade um painel de BI (Business Intelligence) que permite ao cidadão acesso completo e customizado aos dados sobre as contratações emergenciais realizadas pelos órgãos do Executivo para o combate à pandemia da Covid-19, com base na Lei Federal 13.979/20 ou na Lei Estadual 14.257/20. A criação do novo canal é resultado da determinação do governador Rui Costa por máxima transparência.

É possível customizar as pesquisas sob três diferentes perspectivas: uma visão consolidada sobre a quantidade e o montante do conjunto das contratações realizadas, uma visão analítica listando todas as contratações, incluindo contratante, contratado e valor em cada caso, e uma visão detalhada, na qual o usuário pode acessar todas as informações de determinada contratação ou

aquisição, inclusive pagamentos, podendo também ter acesso à íntegra do instrumento contratual. A ferramenta permite também a exportação dos dados, pelos usuários, para planilha ou formato de dados abertos.

De acordo com a Auditoria Geral do Estado (AGE), órgão vinculado à Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba) que gerencia o portal Transparência Bahia, as informações são extraídas do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (Fiplan) e do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços (Simpas), e refletem os dados lançados nestes sistemas corporativos pelos órgãos contratantes.

“A ferramenta de BI disponibilizada no Portal concentra as informações das contratações emergenciais realizadas por todos os órgãos, assegurando total transparência às ações governamentais”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

Outras informações

O auditor geral do Estado, Luis Augusto Rocha, acrescenta que o novo portal Transparência Bahia também dá acesso a muitas outras informações relativas à pandemia produzidos pelos diversos órgãos do Estado, a exemplo de notícias, contratações e doações no âmbito da Secretaria da Saúde, leis e decretos e boletins epidemiológicos.

Um dos atrativos é o Painel Covid, desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), que apresenta de forma gráfica informações relativas à pandemia, a exemplo de dados do quantitativo de infectados e óbitos distribuídos por faixa etária, sexo, município e distribuição e índice de ocupação dos leitos.

Comitê de Transparência

Os gastos voltados para o combate à pandemia estão sendo acompanhados pelo Comitê de Transparência do Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pelo governador Rui Costa, com a participação do Ministério Público Estadual (MP-Ba) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE-Ba). O Comitê se espelha em entidade similar criada no Ceará, com o objetivo de acompanhar todo o processo decisório, inclusive relacionado a compras, executado pela administração estadual no combate ao novo coronavírus.

O Comitê, de acordo com o secretário Manoel Vitório, criou um grupo técnico para o aprimoramento da transparência dos gastos públicos e o compartilhamento de informações sobre as aquisições do Estado, tendo o aperfeiçoamento da transparência no âmbito digital uma de suas prioridades. “As novidades trazidas pelo portal refletem também as contribuições do comitê”, observa Vitório.

Os estatutos que fundamentam as medidas são a Lei Federal 13.979 e a Lei Estadual 14.257. Ao disporem sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e disciplinarem critérios para realização de contratações emergenciais por meio de dispensa de licitação, de forma a viabilizar o atendimento às demandas urgentes de estruturação das ações de combate à pandemia, as leis federal e estadual também estabeleceram requisitos amplos de transparência a estas ações, possibilitando o acompanhamento pela sociedade das despesas realizadas pelo poder público.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 23/06/2020	



GOVERNO ENTREGA DE OBRAS MILIONÁRIAS EM MEIO À PANDEMIA



admin 23 Junho, 2020

Mesmo com os esforços concentrados no combate à pandemia de Covid-19 na Bahia, o Governo do Estado mantém um ritmo constante de obras e ações para melhorar e garantir mais desenvolvimento. Intervenções na infraestrutura, mobilidade, saúde e agricultura familiar têm assegurado oportunidades de emprego em todas as regiões e aberto o caminho para o processo de retomada das atividades econômicas, que depende do controle das taxas de contágio do novo coronavírus e melhores índices de distanciamento social.

Com obras concluídas, a ponte do Pontal, em Ilhéus, deve ser entregue à população ainda em junho de 2020, após o término das últimas intervenções de paisagismo. Com um investimento de R\$ 99,5 milhões, o equipamento de 533 metros sobre o Rio Cachoeira vai incentivar a atração turística da região sul, além de melhorar a mobilidade de 511 mil pessoas que moram nas cidades de Ilhéus, Itabuna, Uma, Canavieiras, Buerarema, Itacaré e Uruçuca. A ponte tem uma formatação moderna, que valoriza as belezas da Baía do

Pontal. A estrutura também dá condições de escoamento da produção da região para outros modais, como o Porto de Malhada e o futuro Porto Sul.

Com a construção da ponte do Pontal, houve a necessidade de restaurar e duplicar um trecho da BA-001 (Hotel Opaba), em Ilhéus, até o entroncamento da BR-251 para dar mais fluidez ao fluxo de motoristas na rodovia. Os serviços estão em andamento em 2,7 quilômetros na Orla Sul da cidade. O investimento é de R\$ 11 milhões.

Na região oeste, as obras da ponte que vai ligar os municípios de Barra e Xique-Xique já foram iniciadas. Serão 547 quilômetros de intervenções, incluindo a recuperação da BA-160, que liga as duas localidades, beneficiando 2,7 milhões de habitantes da região. A ponte sobre o Rio São Francisco, que terá cerca de um quilômetro de extensão e 13,55 metros de largura, faz parte do projeto Sistema Viário da BA-052. A obra vai tornar mais rápida a travessia entre os dois municípios, que hoje é feita por meio de balsas, passando de 20 minutos para pouco mais de um minuto. O investimento total é de R\$ 705 milhões ao longo de 20 anos de concessão.

Saúde

Na segunda-feira (22), o governador Rui Costa entregou a reforma de uma ala e um centro cirúrgico do Hospital Geral Roberto Santos (HGRS). Ao todo, os baianos contam com mais 60 leitos clínicos e cirúrgicos, para as áreas de nefrologia e cirurgia vascular, além de um centro cirúrgico com dez salas. Uma ala ainda está em reforma e o refeitório, para mais de cinco mil funcionários, está em fase de conclusão. O investimento total na reestruturação da unidade de saúde é de mais de R\$ 23 milhões.

O novo Hospital Geral Clériston Andrade (HGCA 2), em Feira de Santana, deve entrar em funcionamento no próximo dia 29 de junho, fortalecendo a rede de saúde com mais 40 leitos de UTI, disponíveis nesse primeiro momento para o tratamento dos pacientes mais graves da Covid-19. Com investimento de R\$ 50 milhões, entre obras físicas e equipamentos, a nova unidade possui 8.000 metros quadrados, divididos em três pavimentos. A unidade inclui o setor de bioimagem, com dois tomógrafos e ressonância, e o maior Centro de Hemorragia Digestiva do interior do estado, além do segundo maior centro cirúrgico do estado, com 12 salas operatórias.

Infraestrutura

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), por meio da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), lançou a licitação para contratação de empresa que irá realizar os serviços para recuperação da Barragem de Serra Preta, no município de Barra do Choça, no sudoeste baiano. A abertura das propostas está prevista para o dia 30 de junho.

Com fonte de recursos próprios da Embasa, a obra vai beneficiar mais de 28 mil habitantes e alguns dos principais serviços a serem executados consistem na execução de caminho de serviço na ombreira direita, serviços de drenagem de águas pluviais, impermeabilização profunda da fundação rochosa, impermeabilização da laje vertical de montante, implantação de sistemas de iluminação da galeria de drenagem, construção de escadaria de acesso, além da implantação de sistemas de ventilação na galeria de drenagem.

Investimentos

Além de obras estruturantes, a atração de novos empreendimentos para a Bahia, até o mês de maio, gerou uma possibilidade de investimentos privados na ordem de R\$ 1,5 bilhão e estimativa de criar 1,5 mil novos postos de trabalho. Os números são resultado de 25 protocolos de intenções assinados por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) em 2020. Ao todo, o Estado tem 359 empreendimentos em processo de implantação, com aporte de R\$ 33,5 bilhões e oferta potencial de 47,9 mil postos de trabalho. Desse total, 60% dos investimentos estão previstos para entrarem em operação até 2022. O segmento de Energias Renováveis vai investir R\$ 14,7 bilhões e gerar 2,9 mil empregos.

Agricultura familiar

Parar fortalecer a agricultura familiar durante a pandemia, o edital de Segurança Alimentar e Nutricional, do projeto Bahia Produtiva, garante um auxílio emergencial para as associações e cooperativas de pequenos produtores da Bahia. São R\$15 milhões destinados para apoiar 10 mil famílias de agricultores familiares que produzem alimentos como hortaliças, frutas, raízes, tubérculos e plantas alimentícias não convencionais

(Panc). A meta é financiar 300 propostas, cada uma no valor de até R\$ 50 mil. As inscrições podem ser feitas até esta terça-feira (23).

Veículo: Bahia Notícias	Caderno: --
Data: 23/06/2020	
Cita a Sefaz	



Jequié: Carga com 17 mil itens falsificados é apreendida na BR-116



Foto: Divulgação / PRF-BA

Uma carga com 17 mil itens falsificados e sem nota fiscal foi apreendida na noite desta segunda-feira (22) em um trecho da BR-116 de Jequié, no sudoeste. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF-BA), o material estava em um caminhão baú que foi parado na altura do km 677. A equipe pediu os documentos ao motorista, tanto do veículo como do mesmo.

Ao ser perguntado sobre o material transportado, o motorista, de 55 anos, disse que era carga de calçados. Ao desconfiar das respostas, os PRFs resolveram aprofundar a fiscalização quando se depararam com quase 400 caixas com mercadorias diversas. Havia sandálias, tênis, bolsas e vestuários. Todo o material estava estampado com marcas famosas, porém, com sinais claros de falsificação.

Aos policiais, o motorista declarou que não tinha documento fiscal comprobatório da compra. Informou ainda que levaria a carga para Natal (RN) e outras cidades do Nordeste. Ao final da ação, que faz parte da Operação II, o condutor e a carga foram encaminhados à **Secretaria da Fazenda Estadual (Sefaz/BA)**, que constatou a irregularidade.

Veículo: Bahia Notícias	Caderno: --
Data: 23/06/2020	



Mais de 1,5 mil respiradores foram reparados no país a partir de uma iniciativa da Bahia



Foto: Divulgação

A manutenção de respiradores mecânicos, uma iniciativa do Senai Cimatec, em parceria com o governo do estado, foi replicada pelo Senai Nacional e já devolveu, até esta terça-feira (23), mais de 1,5 mil destes equipamentos a instituições de saúde de todo país. A Bahia lidera a lista, com 209 equipamentos já consertados.

“Diversas indústrias, principalmente do setor automotivo, aderiram a esta iniciativa, disponibilizando equipes e infraestrutura para a realização das manutenções em diversos estados do país. O Senai Cimatec capacitou todos 39 pontos de manutenção de respiradores mecânicos no Brasil, envolvendo mais de 700 pessoas. Além da capacitação nacional, estamos contribuindo para equipes formadas em outros países da América Latina e África”, destaca o presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Ricardo Alban.

Segundo o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro, “a capacidade de inovação do Senai Cimatec fica evidenciada nesta e nas diversas outras ações que estão sendo realizadas pela instituição, em parceria com o Governo do Estado, como forma de combater o Coronavírus”.

“É uma grande honra para o SENAI coordenar essa rede do bem, de solidariedade que, certamente, ajudou a salvar muitas vidas. A rede voluntária espera continuar a ter apoio para consertar todos os aparelhos que estão sem uso no país por falta de manutenção”, ressaltou o diretor geral do Senai Nacional, Rafael Lucchesi.

A rede voluntária formada para esta ação em todo o país é formada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), ArcelorMittal, BMW Group, Fiat Chrysler Automóveis (FCA), Estúdios Globo, Ford, General Motors, Honda, Hyundai Motor Brasil, Instituto Votorantim, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e POLI-USP, Jaguar Land Rover, Mercedes-Benz do Brasil, Moto Honda, Petrobrás, Renault, Scania, Toyota, Troller, Usiminas, Vale, Volkswagen do Brasil e Volvo do Brasil, com o apoio do Ministério da Saúde, do Ministério da Economia, do Ministério da Defesa, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e da ABEClin.

Veículo: Bahia Notícias	Caderno: --
Data: 24/06/2020	



Antes do coronavírus, apenas seca impediu realização do São João na Bahia, há 59 anos

por Matheus Caldas / Bruno Leite



Foto: Acervo/Estadão

O São João, oficialmente comemorado nesta quarta-feira (24), terá uma configuração diferente do habitual neste ano. Por conta do novo coronavírus, as festas em todo o estado da Bahia foram canceladas pelo governo estadual e por prefeituras locais. Você sabe a última vez que isto aconteceu? Os dados históricos não são claros neste sentido.

Contudo, estima-se que, neste atual modelo da festa, as festividades juninas só foram canceladas de forma ampla em 1961, com uma seca devastadora que atingiu o Nordeste do Brasil e ficou famosa na literatura sertaneja.

Esta é uma análise do historiador Clóvis Ramaiana. Ele explica que, somente após a década de 1960, o São João ganhou configurações de festa de massa. “Como é muito raro uma seca que atinge o Nordeste todo, só nos grandes cataclismos que deve ter havido suspensão geral, como a seca de 1961, que é a seca mais tenebrosa segundo pessoas que conversei”, explica, em entrevista ao Bahia Notícias.

Em 2010, outra grande seca também culminou em cancelamentos por toda a região. No entanto, nada que se compare à pandemia do novo coronavírus – ou à seca de 1961.

Em relação às pandemias, o pesquisador é enfático: nenhuma cancelou o São João de forma tão intensa como a Covid-19. Principalmente pelo fato de que, nos momentos em que essas doenças aconteceram, o Nordeste não foi tão atingido – e também não havia festas juninas nos atuais moldes, com aglomerações e contornos mercadológicos. “O São não é uma festa assim tão plurissecular. Provavelmente, é a primeira pandemia que o São João pega é essa. A gripe espanhola não fez um grande estrago no sertão, e a peste bubônica na década de 1920 também não chegou forte. Teve algumas regiões que sim, como Riachão do Jacuípe, Tanquinho, que foi bem devastadora”, supõe. “Mas aí você tem um fenômeno de que o São João não era uma festa de massa, mas bem mais caseira. Provavelmente é a primeira experiência de suspensão geral do São João”, acrescenta.

Ainda segundo o historiador, o São João, no atual formato que conhecemos, ganhou ainda mais força a partir da década de 1990, com a chamada “carnavalização”. Neste cenário, tradicionais festas privadas e shows em praças públicas passaram a ganhar força. “O São João já foi suspenso outras vezes, mas pontualmente. Por exemplo: morre uma pessoa na cidade e aí suspende. Mas a primeira suspensão geral é essa, porque é depois que a festa também virou geral”, indica.

RECONFIGURAÇÃO PONTUAL

Para a jornalista e doutora em antropologia, Cleidiana Ramos, embora o poder público tenha promovido a suspensão das festas com aglomerações, a população não vai deixar de comemorar a data. Para a pesquisadora, “a própria forma ou dinâmica da festa não permite ser colocada numa camisa de força”. “O que a gente percebe é que esse sentimento de festejar é muito rebelde à norma. Então, não adianta você dizer que 2 de Julho não é 2 de Julho, porque as pessoas

vão lembrar do 2 de Julho. As pessoas que, por exemplo, usam a data para celebrar um aspecto mais religioso, possivelmente vão lembrar dos caboclos e vão fazer alguma coisa naquele dia, porque para elas é 2 de Julho e acabou. Não interessa se tem decretou ou não”, opina.

Vale ressaltar que tanto 2 de Julho quanto São João tiveram seus feriados antecipados em nove municípios baianos, numa estratégia para conter a disseminação da pandemia.

Ainda para Cleidiana, as mídias digitais servirão para fomentar os festejos, mesmo que eles não possam ocorrer de maneira presencial. “O que eu acho é que as pessoas vão achar as mais variadas formas, seja fazendo o ‘arraiaí’, se conectando, fazendo chamada no WhatsApp. Mas é interessante porque, talvez, por muitas décadas, possivelmente a gente tenha um São João, mesmo que virtual, como era antes da espetacularização. Eu digo nessa coisa de família, de confraternizar”, pontua.

Já para Ramaiana, a data não terá esta configuração “pé de serra”, como ele classifica o São João das décadas pré-culturalização de massa. “Em história a gente fala de longa duração. É um fenômeno que, para ser refeito, teria que ter uma duração maior. E uma parcela significativa do pé de serra é ter gente no pé de serra. E, para usar a expressão de um velho amigo meu, 'a roça acabou'. Diminuiu a população. Boa parte das pessoas ou é muito idosa ou muito jovem. Para formar uma sociabilidade, duraria muito tempo. Só a pandemia não teria esse efeito”, argumenta.

IMPACTOS NO TURISMO

Segundo o turismólogo e professor do curso de Eventos da Unifacs, Ednilson Andrade, os impactos no interior do estado vão ser significativos. “O São João, tirando a festa da padroeira ou cívica do município, é o principal investimento em termos de turismo, de movimentação, de receitas, de investimentos. Isso, realmente, trouxe um grande impacto, pois não vai haver a comercialização de produtos e serviços como houve no ano passado, os grandes shows e entretenimento, e não haverá o fluxo turístico para movimentar hotéis, pousadas e negócios”, analisa.

Na visão de Andrade, estes impactos podem ser refletidos até no São João do próximo ano. “Até você ter pessoas no geral com confiança de sair da sua residência pra ir para uma festa de São João em um estado de um país que é o segundo do ranking mundial de Covid por falta de políticas públicas federais... Em termos do turismo de pessoas saírem de outro estado ou de outros países, é complicado”, teme.

Ele indica que, para além do controle epidemiológico e da retomada da confiança dos turistas, é necessário observar também as dificuldades que as empresas patrocinadoras de eventos de grande porte enfrentam durante a crise.

“O São João desse ano já foi. Nesse mesmo caminho, creio que vá Natal, Réveillon, todas as festas de verão, o Carnaval também, eu acredito. Vai ser justamente o período de imunização da população e da recuperação financeira das empresas, e vamos ter outro trabalho: a recuperação da imagem do Brasil enquanto destino seguro no mundo para as pessoas poderem fazer turismo sem o risco de contaminação. Então, talvez isso ainda passe 2021 e só venha a acontecer em 2022”, desconfia.

De acordo com o diretor de indicadores da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-BA), Gustavo Pessoti, não há números precisos sobre os impactos econômicos específicos em relação aos impactos da suspensão das festas de São João. Contudo, ele alerta que, em 2019, somente as festas privadas atraíram cerca de 500 mil turistas às cidades do interior da Bahia.

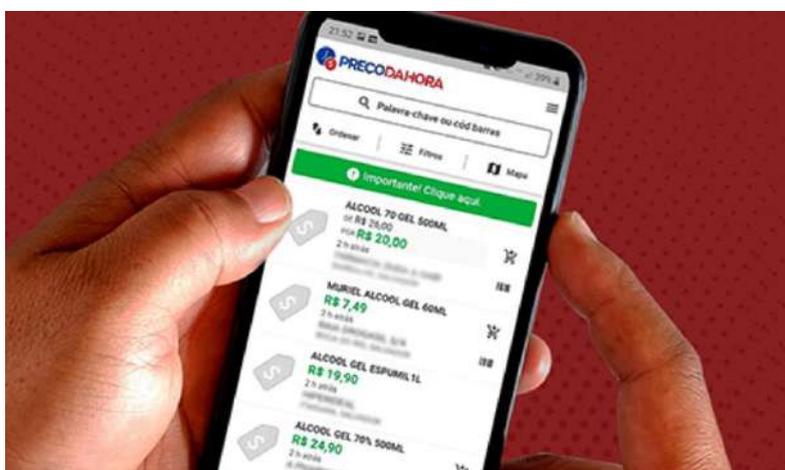
Embora não haja dados precisos sobre o período junino, Pessoti revela que, no ano passado, todas as festas municipais no interior do estado movimentaram um montante de R\$ 191 milhões. “Fiz uma avaliação nas prestações de contas dos municípios baianos com base nos relatórios disponibilizados pelo Tribunal de Contas e percebi que os gastos com todos os festejos somaram, em todos os 417 municípios, em 2019, R\$ 191 milhões. Se não temos com precisão a informação única do São João, podemos dizer que esses festejos são importantes para a dinâmica municipal”, conclui.

Veículo: Andaiá.com.br	
Data: 23/06/2020	Caderno: --



Preço da Hora Bahia alcança 230 mil usuários e busca interiorização

23/06 – 15h30



Com 230 mil usuários conquistados apenas dois meses após lançado pelo governador Rui Costa como uma ferramenta aliada dos baianos em tempos de isolamento social, o aplicativo **Preço da Hora Bahia**, que permite consultar em tempo real os menores preços dos produtos comercializados no estado, avança nas maiores cidades baianas, a começar por Salvador, mas ainda precisa ser descoberto pelos moradores dos pequenos municípios. Para se ter uma ideia, apenas os 21 maiores municípios baianos concentram 218,2 mil usuários, quase 95% do total.

A capital é onde residem mais da metade dos usuários: 130,3 mil. Em seguida vêm Feira de Santana, com 16,5 mil, Lauro de Freitas, com 10,4 mil, Camaçari, com 8,1 mil, Vitória da Conquista, com 4,8 mil e Itabuna, com 3,9 mil.

Ao todo, o aplicativo já está presente em 56 municípios, e o desafio é chegar aos demais. “O Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em cada um dos 417 municípios, sem

exceção. Por isso é uma ferramenta útil para todos os baianos e como tal precisa chegar ao máximo possível de usuários”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**, explicando que estão em curso ações para apoiar a interiorização do aplicativo.

500 mil produtos

O Preço da Hora Bahia permite pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos. O aplicativo toma por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**. O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. É possível também acessar um gráfico com o histórico de preços do produto e cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bittencourt, ressalta a boa receptividade dos usuários do aplicativo. “As pessoas só precisam baixar e experimentar para conferir suas vantagens”, observa, citando as cerca de duas mil manifestações de usuários, predominantemente positivas, já registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, onde o Preço da Hora Bahia é disponibilizado para download em dispositivos móveis, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br.



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

quarta-feira, 24 de junho de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

Preço da Hora Bahia alcança 230 mil usuários e busca interiorização

O aplicativo permite consultar em tempo real os menores preços dos produtos comercializados no estado

Ascom Sefaz , Salvador | 23/06/2020 às 15:49

Curtir 0

Tweet

Com 230 mil usuários conquistados apenas dois meses após lançado pelo governador Rui Costa como uma ferramenta aliada dos baianos em tempos de isolamento social, o aplicativo Preço da Hora Bahia, que permite consultar em tempo real os menores preços dos produtos comercializados no estado, avança nas maiores cidades baianas, a começar por Salvador, mas ainda precisa ser descoberto pelos moradores dos pequenos municípios. Para se ter uma ideia, apenas os 21 maiores municípios baianos concentram 218,2 mil usuários, quase 95% do total.

A capital é onde residem mais da metade dos usuários: 130,3 mil. Em seguida vêm Feira de Santana, com 16,5 mil, Lauro de Freitas, com 10,4 mil, Camaçari, com 8,1 mil, Vitória da Conquista, com 4,8 mil e Itabuna, com 3,9 mil. Ao todo, o aplicativo já está presente em 56 municípios, mas o desafio é chegar aos demais. "O Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em cada um dos 417 municípios, sem exceção, por isso é uma ferramenta útil para todos os baianos e como tal precisa chegar ao máximo possível de usuários", afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorino, explicando que estão em curso ações para apoiar a interiorização do aplicativo.

500 mil produtos

O Preço da Hora Bahia permite pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos. O aplicativo toma por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba). O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. É possível também acessar um gráfico com o histórico de preços do produto e cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bittencourt, ressalta a boa receptividade dos usuários do aplicativo. "As pessoas só precisam baixar e experimentar para conferir suas vantagens", observa, citando as cerca de duas mil manifestações de usuários, predominantemente positivas, já registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, onde o Preço da Hora Bahia é disponibilizado para download em dispositivos móveis, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br (<http://precodahora.ba.gov.br/>).



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

[idEditoria=1&idNoticia=126835](https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=126835))

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/23/sodie-doces-lanca-linha-de-bolos-juninos,126834,0.html>)

Sodiê Doces lança linha de bolos juninos (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/23/sodie-doces-lanca-linha-de-bolos-juninos,126834,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/23/sodie-doces-lanca-linha-de-bolos-juninos,126834,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/23/sodie-doces-lanca-linha-de-bolos-juninos,126834,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/23/sodie-doces-lanca-linha-de-bolos-juninos,126834,0.html>)



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/23/braskem-fecha-novo-acordo-de-longo-prazo-para-compra-de-energia-solar,126833,0.html>)

Braskem fecha novo acordo de longo prazo para compra de energia solar

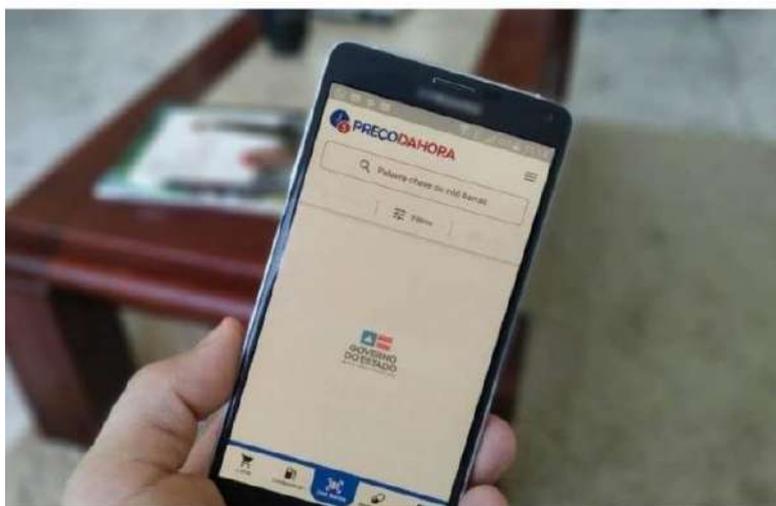
(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/23/braskem-fecha-novo-acordo-de-longo-prazo-para-compra-de-energia-solar,126833,0.html>)

Veículo: Camaçari Notícias	
Data: 23/06/2020	Caderno: Bahia

CAMAÇARI NOTÍCIAS

Preço da Hora Bahia alcança 230 mil usuários e busca interiorização

Escrito por Camaçari Notícias/Secom em 23 de Junho de 2020



Com 230 mil usuários conquistados apenas dois meses após lançado pelo governador Rui Costa como uma ferramenta aliada dos baianos em tempos de isolamento social, o aplicativo Preço da Hora Bahia, que permite consultar em tempo real os menores preços dos produtos comercializados no estado, avança nas maiores cidades baianas, a começar por Salvador, mas ainda precisa ser descoberto pelos moradores dos pequenos municípios. Para se ter uma ideia, apenas os 21 maiores municípios baianos concentram 218,2 mil usuários, quase 95% do total.

A capital é onde residem mais da metade dos usuários: 130,3 mil. Em seguida vêm Feira de Santana, com 16,5 mil, Lauro de Freitas, com 10,4 mil, Camaçari, com 8,1 mil, Vitória da Conquista, com 4,8 mil e Itabuna, com 3,9 mil. Ao todo, o aplicativo já está presente em 56 municípios, e o desafio é chegar aos demais. “O Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em cada um dos 417 municípios, sem exceção. Por isso é uma ferramenta útil para todos os baianos e como tal precisa chegar ao máximo possível de usuários”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, explicando que estão em curso ações para apoiar a interiorização do aplicativo.

500 mil produtos

O Preço da Hora Bahia permite pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos. O aplicativo toma por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**. O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. É possível também acessar um gráfico com o histórico de preços do produto e cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

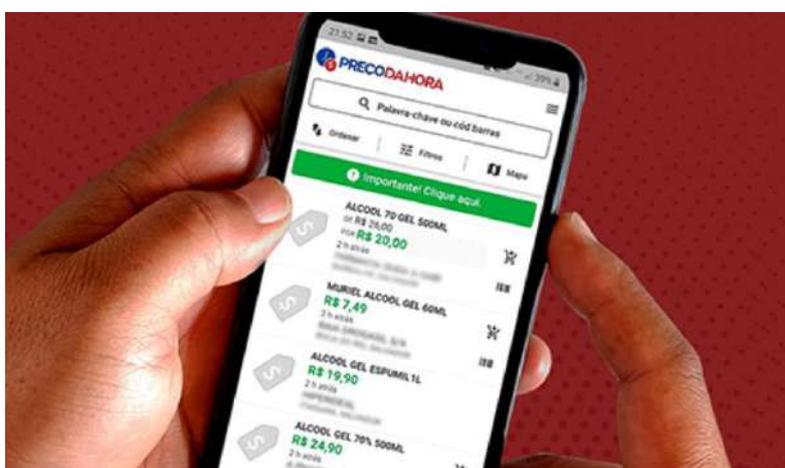
O **diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bittencourt**, ressalta a boa receptividade dos usuários do aplicativo. “As pessoas só precisam baixar e experimentar para conferir suas vantagens”, observa, citando as cerca de duas mil manifestações de usuários, predominantemente positivas, já registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, onde o Preço da Hora Bahia é disponibilizado para download em dispositivos móveis, além de estar disponível no site **precodahora.ba.gov.br**.

Veículo: Farol News	
Data: 23/06/2020	Caderno: Economia



Preço da Hora Bahia alcança 230 mil usuários e busca interiorização

jun 23, 2020 | [Economia](#)



Com 230 mil usuários conquistados apenas dois meses após lançado pelo governador Rui Costa como uma ferramenta aliada dos baianos em tempos de isolamento social, o aplicativo **Preço da Hora Bahia**, que permite consultar em tempo real os menores preços dos produtos comercializados no estado, avança nas maiores cidades baianas, a começar por Salvador, mas ainda precisa ser descoberto pelos moradores dos pequenos municípios. Para se ter uma ideia, apenas os 21 maiores municípios baianos concentram 218,2 mil usuários, quase 95% do total.

A capital é onde residem mais da metade dos usuários: 130,3 mil. Em seguida vêm Feira de Santana, com 16,5 mil, Lauro de Freitas, com 10,4 mil, Camaçari, com 8,1 mil, Vitória da Conquista, com 4,8 mil e Itabuna, com 3,9 mil. Ao todo, o aplicativo já está presente em 56 municípios, e o desafio é chegar aos demais. “O Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em cada um dos 417 municípios, sem exceção. Por isso é uma ferramenta útil para todos os baianos e como tal precisa chegar ao máximo possível de usuários”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, explicando que estão em curso ações para apoiar a interiorização do aplicativo.

500 mil produtos

O Preço da Hora Bahia permite pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos. O aplicativo toma por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**. O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. É possível também acessar um gráfico com o histórico de preços do produto e cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bittencourt, ressalta a boa receptividade dos usuários do aplicativo. “As pessoas só precisam baixar e experimentar para conferir suas vantagens”, observa, citando as cerca de duas mil manifestações de usuários, predominantemente positivas, já registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, onde o Preço da Hora Bahia é disponibilizado para download em dispositivos móveis, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Tecnologia

23/06/2020 14:54

Preço da Hora Bahia alcança 230 mil usuários e busca interiorização

Com 230 mil usuários conquistados apenas dois meses após lançado pelo governador Rui Costa como uma ferramenta aliada dos baianos em tempos de isolamento social, o aplicativo Preço da Hora Bahia, que permite consultar em tempo real os menores preços dos produtos comercializados no estado, avança nas maiores cidades baianas, a começar por Salvador, mas ainda precisa ser descoberto pelos moradores dos pequenos municípios. Para se ter uma ideia, apenas os 21 maiores municípios baianos concentram 218,2 mil usuários, quase 95% do total.

A capital é onde residem mais da metade dos usuários: 130,3 mil. Em seguida vêm Feira de Santana, com 16,5 mil, Lauro de Freitas, com 10,4 mil, Camaçari, com 8,1 mil, Vitória da Conquista, com 4,8 mil e Itabuna, com 3,9 mil. Ao todo, o aplicativo já está presente em 56 municípios, e o desafio é chegar aos demais. “O Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em cada um dos 417 municípios, sem exceção. Por isso é uma ferramenta útil para todos os baianos e como tal precisa chegar ao máximo possível de usuários”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, explicando que estão em curso ações para apoiar a interiorização do aplicativo.

500 mil produtos

O Preço da Hora Bahia permite pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos. O aplicativo toma por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA). O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. É possível também acessar um gráfico com o histórico de preços do produto e cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bittencourt, ressalta a boa receptividade dos usuários do aplicativo. “As pessoas só precisam baixar e experimentar para conferir suas vantagens”, observa, citando as cerca de duas mil manifestações de usuários, predominantemente positivas, já registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, onde o Preço da Hora Bahia é disponibilizado para download em dispositivos móveis, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).

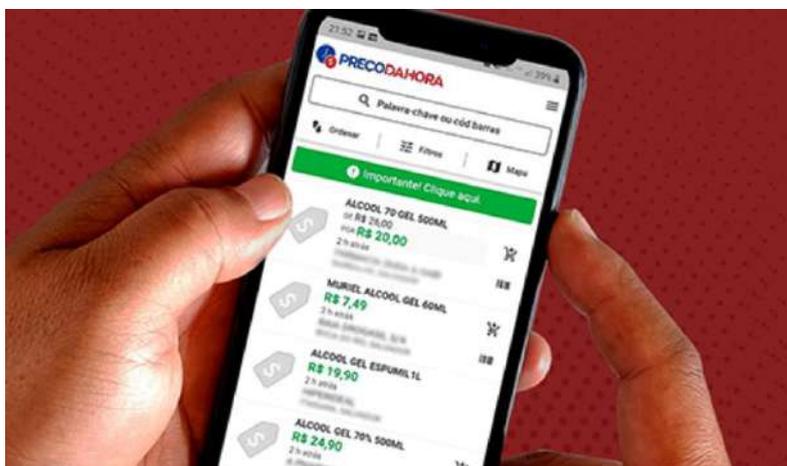
[Versão mobile](#)

Veículo: Costa Sul FM	
Data: 23/06/2020	Caderno: Economia



Preço da Hora Bahia alcança 230 mil usuários e busca interiorização

23/06 – 15h15



Com 230 mil usuários conquistados apenas dois meses após lançado pelo governador Rui Costa como uma ferramenta aliada dos baianos em tempos de isolamento social, o aplicativo **Preço da Hora Bahia**, que permite consultar em tempo real os menores preços dos produtos comercializados no estado, avança nas maiores cidades baianas, a começar por Salvador, mas ainda precisa ser descoberto pelos moradores dos pequenos municípios. Para se ter uma ideia, apenas os 21 maiores municípios baianos concentram 218,2 mil usuários, quase 95% do total.

A capital é onde residem mais da metade dos usuários: 130,3 mil. Em seguida vêm Feira de Santana, com 16,5 mil, Lauro de Freitas, com 10,4 mil, Camaçari, com 8,1 mil, Vitória da Conquista, com 4,8 mil e Itabuna, com 3,9 mil.

Ao todo, o aplicativo já está presente em 56 municípios, e o desafio é chegar aos demais. “O Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em cada um dos 417 municípios, sem exceção. Por isso é uma ferramenta útil para todos os baianos e como tal precisa chegar ao máximo possível de usuários”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, explicando que estão em curso ações para apoiar a interiorização do aplicativo.

500 mil produtos

O Preço da Hora Bahia permite pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos. O aplicativo toma por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**. O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. É possível também acessar um gráfico com o

histórico de preços do produto e cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

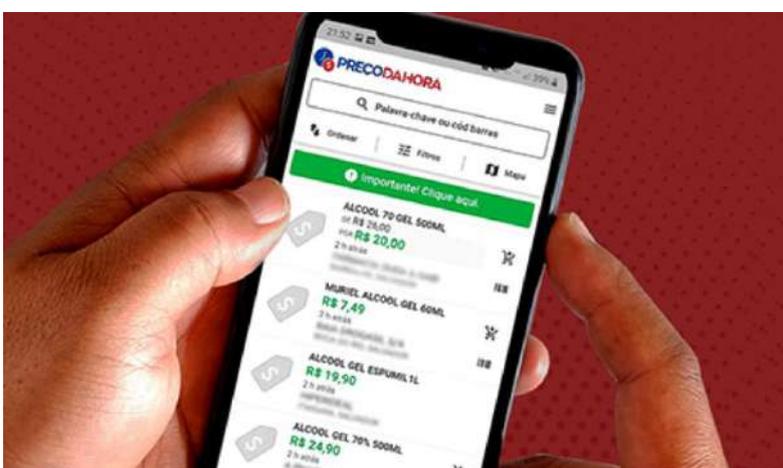
O diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bittencourt, ressalta a boa receptividade dos usuários do aplicativo. "As pessoas só precisam baixar e experimentar para conferir suas vantagens", observa, citando as cerca de duas mil manifestações de usuários, predominantemente positivas, já registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, onde o Preço da Hora Bahia é disponibilizado para download em dispositivos móveis, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br.

Veículo: RBR Notícias	
Data: 23/06/2020	Caderno: --



Preço da Hora Bahia alcança 230 mil usuários e busca interiorização

23/06 – 15h15



Com 230 mil usuários conquistados apenas dois meses após lançado pelo governador Rui Costa como uma ferramenta aliada dos baianos em tempos de isolamento social, o aplicativo **Preço da Hora Bahia**, que permite consultar em tempo real os menores preços dos produtos comercializados no estado, avança nas maiores cidades baianas, a começar por Salvador, mas ainda precisa ser descoberto pelos moradores dos pequenos municípios. Para se ter uma ideia, apenas os 21 maiores municípios baianos concentram 218,2 mil usuários, quase 95% do total.

A capital é onde residem mais da metade dos usuários: 130,3 mil. Em seguida vêm Feira de Santana, com 16,5 mil, Lauro de Freitas, com 10,4 mil, Camaçari, com 8,1 mil, Vitória da Conquista, com 4,8 mil e Itabuna, com 3,9 mil.

Ao todo, o aplicativo já está presente em 56 municípios, e o desafio é chegar aos demais. “O Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em cada um dos 417 municípios, sem exceção. Por isso é uma ferramenta útil para todos os baianos e como tal precisa chegar ao máximo possível de usuários”,

afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, explicando que estão em curso ações para apoiar a interiorização do aplicativo.

500 mil produtos

O Preço da Hora Bahia permite pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos. O aplicativo toma por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**. O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. É possível também acessar um gráfico com o histórico de preços do produto e cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

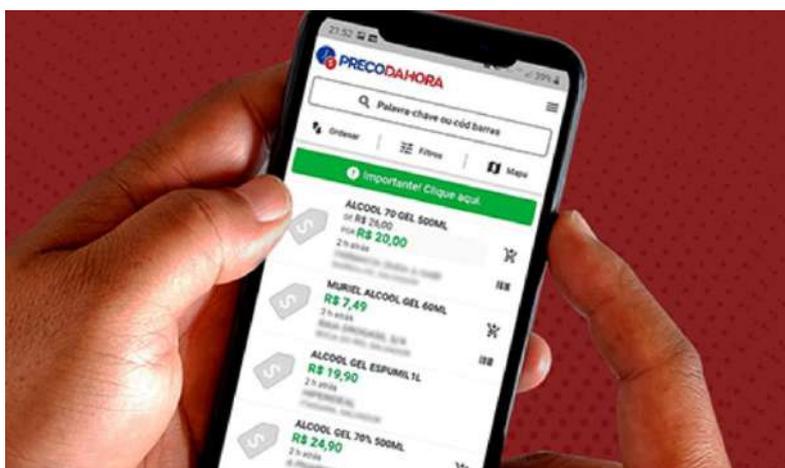
O diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bittencourt, ressalta a boa receptividade dos usuários do aplicativo. “As pessoas só precisam baixar e experimentar para conferir suas vantagens”, observa, citando as cerca de duas mil manifestações de usuários, predominantemente positivas, já registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, onde o Preço da Hora Bahia é disponibilizado para download em dispositivos móveis, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br.

Veículo: Vale FM	
Data: 23/06/2020	Caderno: Economia



Preço da Hora Bahia alcança 230 mil usuários e busca interiorização

23/06 – 15h15



Com 230 mil usuários conquistados apenas dois meses após lançado pelo governador Rui Costa como uma ferramenta aliada dos baianos em tempos de isolamento social, o aplicativo **Preço da Hora Bahia**, que permite consultar em tempo real os menores preços dos produtos comercializados no estado, avança nas maiores cidades baianas, a começar por Salvador, mas ainda precisa ser descoberto pelos moradores dos pequenos municípios. Para se ter uma ideia, apenas os 21 maiores municípios baianos concentram 218,2 mil usuários, quase 95% do total. A capital é onde residem mais da metade dos usuários: 130,3 mil. Em seguida vêm Feira de Santana, com 16,5 mil, Lauro de Freitas, com 10,4 mil, Camaçari, com 8,1 mil, Vitória da Conquista, com 4,8 mil e Itabuna, com 3,9 mil.

Ao todo, o aplicativo já está presente em 56 municípios, e o desafio é chegar aos demais. “O Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em cada um dos 417 municípios, sem exceção. Por isso é uma ferramenta útil para todos os baianos e como tal precisa chegar ao máximo possível de usuários”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, explicando que estão em curso ações para apoiar a interiorização do aplicativo.

500 mil produtos

O Preço da Hora Bahia permite pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos. O aplicativo toma por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**. O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao

estabelecimento onde ela está à venda. É possível também acessar um gráfico com o histórico de preços do produto e cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bittencourt, ressalta a boa receptividade dos usuários do aplicativo. “As pessoas só precisam baixar e experimentar para conferir suas vantagens”, observa, citando as cerca de duas mil manifestações de usuários, predominantemente positivas, já registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, onde o Preço da Hora Bahia é disponibilizado para download em dispositivos móveis, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 24/06/2020	Página:

Correio*

Satélite



Os bastidores da

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

 jairo.junior@redebahia.com.br

●● O deputado federal está cumprindo isolamento, após testar positivo para covid, e segue assintomático. Ele fez o exame só por precaução. Ao receber o resultado, adotou o que diz a OMS

Assessoria de Márcio Marinho

ao informar que o também presidente do Republicanos da Bahia foi contaminado

Trabalho de amarração

O governador Rui Costa (PT) alertou os chefes dos demais poderes na Bahia sobre a impossibilidade de cobrir este ano déficits originados de gastos acima do orçamento do Legislativo e Judiciário. Em reunião por videoconferência com os presidentes da Assembleia, deputado Nelson Leal (PP), e do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Lourival Trindade, Rui avisou que o governo do estado vem perdendo aproximadamente R\$ 500 milhões na arrecadação mensal desde o início da pandemia e que tem como cobrir a diferença até o fim deste mês com o que possui em caixa - contando transferências da União. Para o segundo semestre, afirmou, será preciso reavaliar contas e cortar ainda mais despesas não obrigatórias para fechar a equação.

QUEM AVISA...

Na reunião realizada semanas atrás, Rui deixou claro a Leal e Trindade que, ao contrário dos anos anteriores, não haverá suplementação financeira para tapar buracos da Assembleia e do TJ. Portanto, disse, ambos deveriam apertar o nó para não entrar 2021 no vermelho escuro.

Fio da navalha

Herdeiro de um déficit próximo aos R\$ 150 milhões, legado pela gestão do hoje senador Ângelo Coronel (PSD), Nelson Leal entendeu o recado e intensificou o corte de gastos na Assembleia. Quase todos os contratos com fornecedores e prestadores de serviços para a Casa foram reduzidos ou suspensos. É caso das despesas com o bandeirão dos servidores do Legislativo. Apenas no restaurante subsidiado almoçavam, em média, 1,8 mil pessoas diariamente. Com quase todos os funcionários afastados para evitar contágio em massa, o fechamento temporário do bandeirão permitiu economizar cerca de R\$ 900 mil por mês.

Zero mordomia

Até as duas máquinas de café expresso da Assembleia foram devolvidas, além de corte de assinaturas de jornais e suspensão do contrato com o transporte por micro-ônibus. Pela primeira vez, os deputados estão proibidos de receber diárias de viagem, assim como servidores lotados nos gabinetes parlamentares e órgãos da Casa. Gratificações de caráter provisório também foram cortadas. Apesar da tesourada, será difícil chegar no azul, já que a folha salarial corresponde a quase 85% das despesas da Assembleia.

Correio***24h****ECONOMIA**

8

Salv

Receita abre consulta a segundo lote de restituição

IR 2020 A Receita Federal abriu ontem consulta ao segundo lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2020. Mais de 3,3 milhões de contribuintes receberão R\$ 5,7 bilhões no lote de maior valor já registrado. O pagamento será dia 30 de junho.

Desse valor total, R\$ 3,977 bilhões são para contribuintes com direito a prioridade no recebimento: 54.047 acima de 80 anos; 1.186.406 entre 60 e 79 anos; 89.068 pessoas com alguma deficiência física, mental ou doença grave; e 937.234 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério. Foram contemplados ainda mais de 1 milhão de contribuintes não prioritários que entregaram a declaração até o dia 4 de março.

Mais de 3,3 milhões de contribuintes receberão R\$ 5,7 bilhões no lote de maior valor já registrado. O pagamento será dia 30 de junho

O pagamento será feito no dia 30 de junho, data de encerramento do período de entrega das declarações do IR. Neste ano, os lotes foram reduzidos de sete para cinco, com pagamento iniciando antes mesmo do fim do prazo de entrega. O primeiro lote foi pago em 29 de maio.

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deverá acessar a página da Receita Federal na internet (www.receita.fazenda.gov.br). Na consulta à página da Receita, serviço e-CAC, é possível acessar o extrato da declaração e ver se há inconsistências de dados identificadas pelo processamento. Nessa hipótese, o contribuinte pode avaliar as inconsistências e fazer a autorregularização, mediante entrega de declaração retificadora.

A Receita disponibiliza ainda aplicativo para tablets

e smartphones, que facilita consulta às declarações do IRPF e situação cadastral no CPF. Com ele, será possível consultar diretamente nas bases da Receita Federal informações sobre liberação das restituições do Imposto de Renda Pessoa Física e a situação cadastral de uma inscrição no CPF.

A restituição ficará disponível no banco durante um ano. Se o contribuinte não fizer o resgate nesse prazo, deverá fazer requerimento, por meio da internet, mediante o Formulário Eletrônico - Pedido de Pagamento de Restituição, ou diretamente no e-CAC, no serviço Extrato do Processamento da DIRPF.

Caso o valor não seja creditado, o contribuinte poderá contactar pessoalmente qualquer agência do Banco do Brasil ou ligar para a Central de Atendimento do banco.

Após socorro da Aneel, aumento de contas de luz será diluído

SETOR ELÉTRICO A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o socorro bilionário ao setor elétrico. O teto da operação será de R\$ 16,1 bilhões. O tema ficou em debate por semanas e gerou divisão entre os diretores da agência e pressão do Ministério de Minas e Ener-

gia pela rápida regulamentação do assunto. Com a operação, os aumentos na conta de luz que ocorreriam neste ano, de cerca de 12%, serão diluídos nos próximos cinco anos. Os custos da operação serão divididos entre consumidores e empresas.

O teto do empréstimo con-

sidera o cálculo individualizado por distribuidora e, portanto, poderá ser menor, conforme a adesão de cada empresa. O empréstimo será realizado com um pool de bancos públicos e privados, sob a liderança do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Correio*

miriam leitão

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A visão de dentro do governo Bolsonaro é de que o ex-ministro Abraham Weintraub prejudicava muito. O presidente o defendia, mas a maioria dos ministros civis e militares o define com palavras como "doido" ou "idiota". Esse último ato teria dado a impressão de que o presidente arquitetou um plano contra uma lei americana, me disse um ministro. Bolsonaro é criticado por suas declarações, mesmo por pessoas que estão próximas, mas ao mesmo tempo o presidente convenceu a equipe de boa parte das suas teses, como a de que o Supremo estaria invadindo prerrogativas do Executivo.

Mais um ruído está marcado para acontecer com o pedido, ontem, feito pela Polícia Federal ao decano Celso de Mello para ouvir o presidente no inquérito que investiga a suspeita de interferência na PF. Há uma expectativa de que Bolsonaro responda por escrito. Mas o ministro Celso de Mello, em decisão recente, conforme escrevi aqui no dia 7 de maio, registrou seu entendimento de que o presidente, o vice-presidente, os presidentes da Câmara e do Senado têm essa prerrogativa, pelo artigo 221 do Código de Processo Penal, mas apenas quando são testemu-

nhas. O decano escreveu: "Caso estejam na condição de pessoas investigadas ou acusadas não terão acesso a tal favor legal." Sendo assim, Bolsonaro seria ouvido presencialmente.

No entorno do presidente o que se diz é que o ministro Celso de Mello deveria ser impedido de continuar à frente desse inquérito depois de ter sido divulgada a mensagem dele fazendo comparação entre o clima na Alemanha, no período que antecedeu ao nazismo, e o Brasil atual.

Quando se conversa com integrantes do governo é possível ouvir críticas ao presidente, mas mais à forma do que ao conteúdo. Acham que Bolsonaro não deveria ter feito as afirmações dando a impressão de que arquiteta um golpe, como o "está chegando a hora" ou a declaração feita na

manifestação em frente ao QG do Exército, em Brasília, de que "as Forças Armadas estão conosco". Mas há um forte apoio entre os ministros militares e civis à interpretação de que houve invasão da prerrogativa do Executivo, no caso do veto à nomeação de Alexandre Ramagem, por exemplo.

Hoje, na verdade, essa é a menor das preocupações. Há outros fantasmas rondando o Planalto. Um deles, o inquérito das fake news. Mas o de preocupação mais imediata é o da prisão do Queiroz, ainda mais tendo sido na casa do então advogado de Flávio e do presidente. O que se fala no governo sobre esse episódio é que esse é um problema de Flávio Bolsonaro e não de corrupção do governo Bolsonaro. Difícil separar, até porque a família sem-

pre teve os mesmos códigos, as mesmas convicções e os mesmos métodos. Queiroz sempre foi homem de confiança do pai, antes de ser o chefe de gabinete do filho. A presença frequente de Frederick Wassef no Planalto e no Alvorada mostra que não há separação fácil neste caso.

Na questão da pandemia, o entendimento no entorno do presidente é que ele tem razão de se preocupar com a economia, porque será uma grande tragédia em termos de quebra de empresas e de desemprego. A flexibilização, no entanto, só pode ocorrer – me disse um ministro – se for com protocolos corretos. Mas ouvi críticas às declarações do presidente de que era uma "gripezinha". Até porque ainda ecoa internamente a previsão feita pelo ex-ministro

Mandetta.

– Ele disse, quando ainda estava no governo, que em junho nós teríamos 50 mil mortos. Eu achei que ele estava exagerando – admitiu um ministro.

A avaliação interna é que o auxílio emergencial foi muito mais importante para o país, para as famílias e para as economias dos estados, do que o governo consegue comunicar. Chegou retorno inclusive de governadores da oposição, do Nordeste, das vantagens do auxílio. E por isso defende-se a sua extensão, mas em valor menor. Dizem que foi uma boia lançada no meio de uma tempestade no mar. Ela não pode ser retirada de repente, mas o país não tem capacidade fiscal de manter o mesmo valor. Claro que os ministros mais próximos do presidente criticam a imprensa. Ela é, segundo me disse um ministro, parcial, exagera as más notícias e dá pouco destaque às boas. Contudo, a avaliação é de que o presidente erra mantendo esse clima de permanente confronto.

Ministros admitem que o presidente comete erros, mas discordam mais da forma do que do conteúdo. Ecoa no governo previsão feita por Mandetta.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Investidores pressionam país devido a desmatamento

AMAZÔNIA O desmatamento e as queimadas, entre outros problemas ambientais na Amazônia brasileiro preocupam um grupo formado por quase 30 instituições financeiras em todo o mundo. Elas exigem que o governo brasileiro freie os crescentes problemas no país, segundo publicou ontem o jornal britânico Financial Times. Para o grupo, a continuidade dos crimes ambientais na Amazônia criou “uma incerteza generalizada sobre as condições para investir ou fornecer serviços financeiros ao Brasil”.

A carta foi entregue ao governo brasileiro em meio às crescentes as preocupações de que os investidores possam começar a desinvestir na economia brasileira se o governo de Jair Bolsonaro falhar em conter a destruição ambiental.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), confirmou que recebeu a carta. “A gente não deveria estar discutindo democracia como a gente vem discutindo nas últimas semanas, assim como a gente deveria dar um sinal mais claro com relação ao meio ambiente. Nós sabemos que esse é um ponto importante para muitos investidores”, disse Maia durante a videoconferência promovida pela Câmara de Comércio França-Brasil.

Na avaliação do deputado, o tema meio ambiente é, ao lado do debate sobre a democracia e a estabilidade das instituições, uma

“ A gente não deveria estar discutindo democracia como a gente vem discutindo nas últimas semanas, assim como a gente deveria dar um sinal mais claro com relação ao meio ambiente. Nós sabemos que esse é um ponto importante para muitos investidores **Rodrigo Maia**

Presidente da Câmara de Deputados

das preocupações dos investidores internacionais, e pode ter “custo grande na retomada do investimento”.

A carta, assinada por 29 instituições financeiras que gerenciam mais de US\$ 3,7 trilhões em ativos totais, mostra preocupação com os rumos da floresta. “Como instituições financeiras, que têm o dever fiduciário de agir no melhor interesse de longo prazo de nossos beneficiários, reconhecemos o papel crucial que as florestas tropicais desempenham no combate às mudanças climáticas, protegendo a biodiversidade e assegurando serviços ecossistêmicos”, diz a publicação.

“Queremos continuar investidos em empresas brasileiras, mas é preciso haver uma regulação estável e previsível e arcabouço ambiental e políticas que estão alinhados com a sustentabilidade que trarão uma mudança de curso”, disse Jan Erik Saugestad, executivo-chefe da Storebrand Asset Management, um grupo norueguês que tem US\$ 80 bilhões sob sua gestão.

“Eventualmente, se não virmos esse tipo de mudança, o risco de permanecer investido poderá chegar a um ponto em que não permaneceremos investidos”, conti-

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 24/06/2020	Página:

Correio*

BC SUSPENDE PAGAMENTOS NO WHATSAPP

FERRAMENTA O Banco Central do Brasil decidiu ontem suspender o funcionamento do serviço de pagamentos do WhatsApp, em uma decisão que surpreendeu o mercado. Anunciada na última semana, a ferramenta do app de mensagens permite que os 120 milhões de usuários mandem dinheiro a amigos e paguem lojas, com ajuda de cartões de crédito e débito. Segundo o BC, uma “nova solução de pagamentos depende de prévia autorização” da instituição.

Ajuda para sair do vermelho e não quebrar na pandemia

Financiamento Na Bahia, duas linhas de crédito e capital de giro estão disponíveis

Gabriel Rodrigues*
REPORTAGEM
gabriel.rodrigues@redebahia.com.br

A pandemia do novo coronavírus alterou rotinas e afetou a vida de milhões de brasileiros. Para os empreendedores, os dias têm sido ainda mais difíceis. Com as restrições e os comércios fechados, médias e pequenas empresas estão se virando para pagar as contas e manter as atividades. Pegar uma das linhas de crédito disponibilizadas por uma das instituições públicas pode ser uma boa saída em tempos de crise, mas é preciso ficar atento e saber o que está disponível em cada região.

Para facilitar a vida de quem precisa de dinheiro de forma rápida, o Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno porte do Estado da Bahia (FRPM-PE-BA), presidido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), e pelo Fórum Nacional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE) mapeou 25 linhas de crédito que estão disponíveis em todo o Nordeste durante a pandemia.

“Nós sabemos que neste momento, a divulgação das várias linhas de crédito nos vários bancos e agências de desenvolvimento, com os comparativos de melhores taxas, prazos e carências, bem como vindo a informação de fonte confiável, é de extrema importância”, destaca Edivan Miranda, presidente do FPM-PE. Na Bahia, duas linhas de crédito e capital de giro estão disponíveis. A Fungetur é voltada para o turismo e tem a expectativa de beneficiar as empresas com faturamento fiscal de até R\$ 4,8 milhões e que estão cadastradas no Cadastrar. Já os microempresários podem recorrer ao crédito do BNDES MPME.

A modalidade é disponibilizada por meio da Agência de Fomento do Estado (Desenbahia) e tem como objetivo a manutenção e geração de empregos durante a pandemia. Por conta do surto do coronavírus, as taxas de juros foram reduzidas de 0,82% a.m para 0,67% a.m. Enquanto isso, o prazo para o pagamento foi esticado de 36 para 60 meses, com carência de um ano.

“Para capital de giro, as condições oferecidas pela Desenbahia são diferenciadas para apoiar o setor produtivo. Nosso atendimento ao empresário foi ampliado e temos focado na simplificação e redução de documentos



DIVULGAÇÃO

O empresário Jeferson Gomes, diretor da JR Gestão e Consultoria, procura crédito para expandir, ao contrário da maioria, que busca ajuda para não quebrar

para agilizar o acesso ao crédito”, explica o presidente da Desenbahia, Francisco Miranda. Dificuldade. Apesar das linhas de crédito, muitos microempreendedores têm tido dificuldade para conseguir o dinheiro.

SAÚDE FINANCEIRA

De acordo com Raquel Santos (@souraquel-santos), diretora financeira da Associação de Jovens Empreendedores da Bahia (Aje Bahia), a burocracia cobrada na hora de conceder o crédito acaba afastando as microempresas: “Sempre houve uma dificuldade para empreendedores na hora de buscar dinheiro. As pequenas empresas não têm o hábito de pegar dinheiro em banco para investimentos. Eles pegam dinheiro apenas em momentos de incêndio e que precisam pagar dívidas. Isso gera um alto índice de inadimplência e uma maior burocracia por parte dos bancos”.

“Nesse momento, algumas linhas de crédito têm sido disponibilizadas, mas é preciso que exista uma flexibilização na parte burocrática. Por não ter o costume de pegar dinheiro, as empresas têm o perfil analisado, mas o banco não conhece o histórico, se a empresa está boa ou não. Aí, é preciso mais documentos, aumenta a burocracia e acaba afastando os microempresários”, completa.

Para a diretora financeira da Aje Bahia, além de superar as questões burocráticas, é preciso colocar na ponta do lápis o crédito que vai ser tomado e pegar apenas o que a empresa precisa. Ela lembra ainda que os empreendedores devem estar cientes de que o dinheiro disponibilizado no momento de dificuldade precisa ser pago.

De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE), apenas no primeiro mês da pandemia, 762 empresas fecharam as portas na Bahia. Segundo com Raquel Santos, o surto do coronavírus escancarou um problema entre os microempreendedores: a falta de planejamento. “A pandemia trouxe uma lente de aumento para problemas que já existiam, mas que a gente jogava para debaixo do tapete. Muitas empresas quebraram porque não tinham uma boa saúde financeira. É preciso ter reserva de emergência para momentos complicados, mas muito empreendedor vende o almoço para pagar a janta. O problema é que agora não tem mais almoço”, explica.

Além do crédito, ela conta que as empresas podem apostar em soluções criativas antes de recorrer aos bancos. Para ela, é preciso saber se adaptar ao novo cenário e saber o que o consumidor precisa neste momento. “Uma solução interessante, e que já está sendo colocada em prática por algumas empresas, é vender produtos e serviços antecipados com desconto para gerar caixa agora, e só depois esse produto ou serviço vai ser entregue ao consumidor. Essa pode ser uma alternativa. Mas é preciso adequar os serviços aos clientes”, diz.

* COLABOROU VINICIUS HARFUSH, COM SUPERVISÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Portal ajuda a cadastrar produtos e a divulgar delivery

Recentemente, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico lançou o portal Figue no Lar, em parceria com a Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação (Secti) e o Instituto Federal do Ceará (IFCE). Na página, as empresas podem divulgar os serviços de forma gratuita. “Seguimos com a atração de investimentos para o estado da Bahia, e, além deste mapeamento de linhas de crédito para MPes, lançamos o portal Figue no Lar, para divulgar o serviço de delivery e retirada na loja durante a pandemia. Em 60 dias já temos mais de 2.880 cadastros em todo estado e em 255 cidades”, explica Rodrigo Newton, diretor de Comércio e Serviços da SDE.

As linhas de crédito também surgem como uma oportunidade de impulsionar o crescimento. É dessa forma que o empresário e diretor da JR Gestão e Consultoria, Jeferson Gomes, 35, planeja utilizar os R\$ 25 mil que tenta conseguir. A empresa dele presta serviços de terceirização financeira Business Outsourcing, ou seja, gerencia ações como pagamento de folha, fluxo de caixa e contas a pagar.

“Nesse momento de crise, outras empresas precisam de um setor financeiro redondo, com diminuição de custos, então era a hora certa para crescermos”, contou Jeferson, que presta serviços principalmente para escolas, óticas e clínicas médicas. Entretanto, o dinheiro da linha de crédito não foi liberado de primeira pela Caixa Econômica, então o empresário precisará comparecer a uma agência do banco para tentar conseguir o investimento. “Diferente de algumas outras empresas no país que procuram a linha de crédito para pagar as despesas, nós estamos num processo de expansão. Mas se não conseguirmos vamos focar no crescimento orgânico”, finalizou.

Nós estamos num processo de expansão. Mas se não conseguirmos vamos focar no crescimento orgânico Jeferson Gomes

Empresário, que busca apoio para ampliar seu negócio

A pandemia trouxe uma lente de aumento para problemas que já existiam, mas que a gente jogava para debaixo do tapete. Muitas empresas quebraram porque não tinham uma boa saúde financeira. É preciso ter reserva de emergência para momentos complicados Raquel Santos

diretora financeira da Associação de Jovens Empreendedores da Bahia



DIVULGAÇÃO

Além de criatórios em cinco estados, incluindo a Bahia, a Carapitanga tem unidade de beneficiamento do produto

●● No médio e longo prazo, esperamos ter entre 30% e 40% da produção global sendo exportada
Marcelo Varela

Sócio diretor da Carapitanga, falando sobre as perspectivas no mercado externo

Camarão brasileiro sem fronteiras

Exportação Produtores apostam nas vendas externas para compensar crise no Brasil

Donaldson Gomes
EDITOR
@donaldsongomes

Com bares, restaurantes e hotéis fechados, a indústria brasileira de camarão está buscando no mercado externo caminhos para superar a crise provocada pelo avanço do coronavírus. No último mês de maio, os produtores baianos voltaram a exportar o produto após mais de 15 anos, de acordo com dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). De lá para cá, já foram enviados para o exterior 88 toneladas do produto, sendo 66 delas a partir da Carapitanga, empresa que possui unidades em Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Piauí.

A redução na demanda pelo produto provocou quedas de 9% nos preços do camarão e de 23% na Ceagesp, um dos principais locais de comercialização de produtos agropecuários do país, de acordo com a CNA. "O setor de food service (bares, restaurantes e hotelaria), que é onde atuamos, sofreu demais", conta Marcelo Varela, sócio diretor da Carapitanga. Aqui na Bahia, a empresa fornece os produtos em estabelecimentos da Região Metropolitana

de Salvador (RMS), Litoral Sul, Litoral Norte e na região de Porto Seguro.

O caminho encontrado para driblar a crise foi a aposta no mercado externo. Na Carapitanga, as vendas no exterior saíram de zero para representar 5% da produção e agora a expectativa é de consolidar esse mercado. "Com a pandemia, nossa ideia foi de diversificar as fontes de receitas. Apostamos nas exportações para compensar as perdas com o food service. No médio e longo prazo, esperamos contar com entre 30% e 40% da produção global sendo exportada", projeta Marcelo Varela.

OLHO NO MERCADO

Já dizia a frase atribuída a Alexandre o Grande, "a sorte sorri para os audazes". Foi o que aconteceu com os produtores brasileiros de camarão. Antes da crise, a Carapitanga participou de uma grande feira de frutos do mar na China, maior mercado mundial. Lá fez contatos, apresentou os produtos e iniciou um processo de busca por novos mercados.

Em maio, foram enviadas as primeiras 22 toneladas para os Emirados Árabes Unidos. Em junho, foram mais 66 toneladas para Taiwan e Estados Unidos. Também estão na

agenda para este ano encomendas para a China, Rússia, Malásia e Coreia do Sul.

A empresa trabalhou junto à Associação Camarão BR, Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Secretaria da Aquicultura e Pesca e o Ministério da Agricultura. "Depois que conseguimos voltar a vender para América do Norte, Oriente Médio e Ásia, estamos trabalhando a reabertura do mercado europeu", diz Marcelo Varela.

Segundo o empresário, a atividade tem grande potencial para crescimento no mercado externo. Como exemplo, ele cita a China, que importa por ano 600 mil toneladas de camarão - cinco vezes mais que toda a produção nacional. "A Ásia vem se tornando o maior comprador. Estamos indo nesta direção, até porque tiveram uma recuperação mais rápida da pandemia do coronavírus", destaca.

Além disso, a empresa está apostando na venda dos produtos em redes de supermercados. "Estamos diversificando a parte de varejo e esperando que os restaurantes voltem para o que será esse novo normal. Torcemos muito pelo retorno do turismo, porque o camarão vende muito neste cenário", explica. A venda dos produtos em

MERCADO EXTERNO

600 MIL
Toneladas de camarão é o consumo anual da China, maior mercado mundial do produto

120 MIL
Toneladas é o total da produção anual brasileira do fruto do mar

88
Toneladas de camarão foram exportadas pelo Brasil nos meses de maio e junho

15
Anos foi o período em que o produto esteve fora do mercado internacional por conta de restrições de mercado

supermercados está prevista para os próximos 20 dias, conta. "Para o próximo semestre, estamos preparando lançamento inédito, camarão fresco, pré-cozido, pronto para consumo e com longo prazo de validade", afirma Marcelo Varela.

A Carapitanga produz atualmente 6,3 mil toneladas por ano, em 14 fazendas. Em 2019, inaugurou uma unidade de beneficiamento própria em Jaboatão dos Guararapes (PE). Atualmente, são mais de 500 colaboradores, 120 destes na unidade baiana, em Jandaira.

AGRO.BR

Recentemente, a CNA e o governo federal lançaram um programa para estimular o aumento da exportação dos produtos brasileiros.

Em abril, foi lançada uma cartilha para estimular as vendas para o mercado da Coreia do Sul. "O objetivo é auxiliar o produtor brasileiro de camarão a exportar para o mercado da Coreia do Sul, apresentando condições e recomendações em um breve passo a passo, incluindo detalhes das documentações exigidas para sua habilitação", disse o assessor de Relações Internacionais da CNA, Rafael Gratão.

O credenciamento de plantas produtivas de camarão para o mercado sul-coreano foi anunciado no dia 13 de abril e aconteceu após uma articulação da CNA junto ao Mapa. Em 2019, o Brasil produziu 90 mil toneladas de camarão e a expectativa é alcançar o mesmo patamar de produção este ano.

A cartilha também apresenta o programa Agro.BR, uma iniciativa da CNA que engloba ações de internacionalização e promoção comercial de produtos agrícolas brasileiros.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 24/06/2020	Página: --

Tribuna

Abaixo-assinado que pede redução de impostos na cadeia produtiva de bicicletas já tem mais de 2 mil assinaturas

Após a petição , proposta seguirá para discussão no Senado Federal e poderá virar lei

Tribuna da Bahia, Salvador

24/06/2020 06:50 | Atualizado há 3 horas e 40 minutos



Foto: Jaelson Lucas/SMCS

Está circulando nas redes sociais e em diversos grupos de ciclistas uma ideia legislativa para que o Senado Federal discuta a possibilidade de reduzir a carga tributária das bicicletas no Brasil, que é uma das mais altas do planeta. Já foram registradas mais de 2 mil assinaturas, mas serão necessárias ao todo 20 mil para que a proposta se torne uma sugestão legislativa e seja discutida pelos parlamentares. O apoio deve ser feito até 30 de setembro de 2020, no site do Senado

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=136688>.

Defensor da ciclomobilidade e idealizador da proposta, para André Fraga, discutir essa mudança é fundamental e vai fazer toda a diferença para que mais pessoas tenham condições de comprar bicicletas no país.

“Hoje, no Brasil, o valor médio da bicicleta chega a custar 72% a mais por causa dos impostos, mais até que os 37,17% que incidem sobre um carro popular. Isso é muita coisa. Se não fosse essa carga tributária altíssima, não tenho dúvida que muito mais pessoas estariam utilizando a bicicleta como seu principal meio de transporte urbano”, destaca.

Ainda segundo Fraga, os benefícios são inúmeros para a cidade e o cidadão, porque terá menos carros nas ruas e, portanto, menos poluição, congestionamentos e doenças. “Em tempos de pandemia, a bicicleta se torna um modal aliado do distanciamento social”, conclui Fraga.

Mercado

Enquanto nos países que incentivam o uso da bicicleta, lojas e indústrias crescem, no Brasil metade das lojas especializadas em bikes tiveram queda no faturamento igual ou superior a 50% durante a pandemia.

Com o retorno aos poucos das atividades do dia a dia e a necessidade do distanciamento social, em diversos países da Europa a bicicleta tem sido a solução para evitar transportes como metrô e ônibus lotados.

Na Espanha, por exemplo, o uso de ciclovias quadruplicou durante a hora de pico na cidade. Em Londres, muitas vagas para carro e pistas viraram ciclovias ou calçadas mais largas para garantir o distanciamento social.

Salvador

Atualmente, a capital baiana possui cerca de 250 quilômetros de sistema cicloviário, sendo mais de 170 implantados pela Prefeitura nos últimos anos, incluindo ciclovias, ciclorrotas e ciclofaixas.

“Reduzir o preço final delas (bicicletas) vai propiciar que mais pessoas possam pedalar. Somos muitos. Existem em torno de 120 grupos de pedal de diferentes faixas etárias, nível social e econômico em Salvador, unidos pelo prazer de pedalar. Muita gente também usa a bicicleta para o deslocamento ao trabalho, mas muitas outras para o divertimento, entrosamento e para conhecer melhor nossa cidade,” Joanemile Pacheco, praticante do ciclismo urbano há 3 anos.

COVID-19 A inclusão dos bairros entre as localidades com fechamento de atividades não essenciais foi anunciada ontem

SÃO CRISTÓVÃO E IMBUÍ TERÃO MEDIDAS RESTRITIVAS A PARTIR DE AMANHÃ

RAPHAEL SANTANA

Imbuí e São Cristóvão serão incluídos na lista de bairros de Salvador com medidas restritivas a partir de amanhã, integrando as ações da prefeitura no combate ao avanço da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. O anúncio foi feito pelo prefeito ACM Neto (DEM) em um vídeo compartilhado nas redes sociais na manhã de ontem.

De acordo com Neto, os dois bairros foram incluídos por apresentar números elevados de contaminação da doença. O bairro do Imbuí tem 310 casos, enquanto São Cristóvão contabiliza 262 registros de Covid-19.

Os bairros anunciados pelo prefeito se juntarão a Beiru/Tancredo Neves, Fazenda Grande do Retiro, Paripe, Federação, Engenho Velho da Federação, Santa Cruz e Engenho Velho de Brotas, que permanecem com as ações de apoio e proteção à vida por mais sete dias. A validade das medidas nestas localidades se encerrará nestas terça e quarta-feira. Itapuã e Brotas saem da lista de bairros com medidas restritivas.

Barra

O prefeito ACM Neto também anunciou a suspensão das ações de restrição na orla marítima, no trecho entre a Barra e Ondina. Sendo assim, o tráfego de veículos e



Com o início das medidas restritivas, apenas atividades comerciais consideradas essenciais poderão funcionar no bairro de São Cristóvão

310

casos de Covid-19 foram registrados no Imbuí pela prefeitura, enquanto o bairro de São Cristóvão já soma 262 diagnósticos de infecção pelo novo coronavírus

a passagem de pedestres voltam a ser liberados no local. Segundo o gestor municipal, a liberação está condicionada a regras, com o objetivo de "garantir a higienização e o uso de máscara, ordenando o calçamento para que todos possam usar em segurança".

As medidas regionaliza-

das nos bairros envolvem iniciativas mais rígidas, determinando que os comércios formal e informal devem permanecer fechados, independentemente do tamanho da área. Apenas atividades essenciais podem funcionar, a exemplo de supermercados, padarias, delicatessens, farmácias, açou-

gues, estabelecimentos que utilizam o sistema de delivery (sem retirada no local) e serviços de saúde.

As localidades também recebem ações de proteção à vida, que englobam distribuição de cestas básicas para trabalhadores informais e entidades sociais, além de máscaras de proteção para a

comunidade. Os moradores têm acesso a testes rápidos para detecção do coronavírus e medição de temperatura, além de serem realizadas higienização de ruas, ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti* e assistência pelo Cras (Centro de Referência de Assistência Social) Itinerante.

Arrecadação de impostos em maio é a pior em 15 anos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MARCELLO CORRÊA

A **arrecadação** federal de impostos e contribuições fechou maio em R\$ 77,4 bilhões, pior resultado para o mês desde 2005, quando as receitas somaram R\$ 76,2 bilhões, em valores atualizados. Em relação ao igual mês do ano passado, a queda foi de 32,92%, já considerando a inflação.

A retração é mais intensa que a registrada em abril, quando o recuo foi de 28,95%. O balanço de maio reflete o comportamento da economia em abril, mês considerado o mais crítico da crise econômica causada pelo coronavírus. Segundo o Fisco, o principal motivo para a

perda de receita foram os chamados diferimentos - permissão para que contribuintes atrasem o pagamento de tributos. A medida foi tomada pela equipe econômica para reduzir os efeitos da crise do coronavírus.

Só em maio, esses diferimentos responderam por uma perda de **arrecadação** de R\$ 29,9 bilhões, na comparação com o mesmo mês do ano passado. O valor representa 81,5% da queda de receitas registrada no período.

A redução a zero da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) também pesou nas contas. A medida teve impacto negativo de R\$ 2,3 bilhões no mês.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Bahia Notícias	Caderno: --
Data: 24/06/2020	



Oferta de crédito sempre será menor que a demanda em crises, diz presidente do Itaú

por Folhapress



Foto: Divulgação

Segundo o presidente do Itaú Unibanco, Candido Bracher, a oferta de crédito sempre será menor que a demanda em períodos de crise, pela burocracia e pelo risco envolvidos.

"Crédito não é uma coisa simples e o dinheiro que o banco empresa não é dele, é do depositante. Uma regra básica bancária muito simples é: 'não empreste para quem você acha que tem pouca chance de pagar de volta'. Nesta situação de parada súbita da atividade econômica, a saúde das empresas se deteriora e fica muito mais arriscado emprestar", afirmou Bracher em transmissão ao vivo da Liga de Mercado Financeiro da Escola Politécnica da USP nesta terça (23).

Bracher, afirmou que o Itaú poderá conceder mais empréstimos com as novas linhas do Banco Central, mas que o desequilíbrio entre demanda e oferta deve permanecer por conta da contração da economia decorrente da pandemia de Covid-19.

"Se efetivando essas novas linhas, podemos emprestar mais, mas sempre será menos do que a demanda. A expectativa está em descompasso com a realidade".

O BC lançou, nesta terça, novo pacote para ampliação da oferta de crédito para micro, pequenas e médias empresas, com potencial de gerar R\$ 212 bilhões em novos empréstimos.

Desde o início da crise, muitas empresas reclamam que não têm acesso a crédito, mesmo com a injeção de liquidez anunciada pela autoridade monetária em março.

"Em uma situação que a economia toda reduz o seu ritmo e as empresas faturam menos, têm menos fluxo de caixa e as pessoas perdem o emprego, a diminuição de crédito será proporcional. Eu empresto para quem pode pagar", disse Roberto Setubal, co-presidente do conselho de administração do banco Itaú, que também

participou da transmissão.

Segundo o banqueiro, o volume de empréstimos concedidos pelo Itaú a pequenas empresas cresceu 30% em relação a 2019. "Os volumes para quem achamos que tem capacidade de pagar foram muito grandes".

Em maio, reportagem do jornal Folha de S.Paulo apontou que pequenas e médias empresas que buscaram a linha emergencial de financiamento do governo esbarraram em burocracia, excesso de exigências e demora na resposta dos grandes bancos.

Liberado no fim de março pelo governo federal, o programa de R\$ 40 bilhões para financiar a folha de pagamento foi desenhado para empresas com faturamento de R\$ 360 mil a R\$ 10 milhões por ano. Desse total, 85% é garantido pelo Tesouro Nacional. A taxa máxima é de 3,75% ao ano.

A adesão até agora, entretanto, foi baixa: apenas R\$ 1,4 bilhão haviam sido emprestados na modalidade até 11 de maio --menos de 4% do orçamento total disponível.

"Ligamos para todos os clientes que tinham o crédito aprovado e a linha disponível e menos da metade escolheu tomar a linha. Uns por não precisar, ou não querer tomar dívida e outros por restrições como não poder demitir por um período", disse Setubal.

Ele apontou outras dificuldades, como a informalidade das pequenas empresas, com funcionários sem conta em banco.

Um outro efeito da pandemia, apontado por Setubal, foi a digitalização bancária. As transações digitais passaram de cerca de 80% para 90% do total do Itaú. "O fechamento de agências, de cerca de 200 a 300 por ano, vai se acelerar. Agências ficam ociosas e param de ser utilizadas. A pandemia acelerou o movimento de digitalização".

Veículo: Bahia Notícias	Caderno: --
Data: 23/06/2020	



BC anuncia pacote de até R\$ 212 bi em crédito para micro, pequenas e médias empresas



Foto: Reprodução/EBC

O Banco Central anunciou um pacote de medidas para ampliação da oferta de crédito em meio à pandemia do novo coronavírus. O lançamento aconteceu nesta terça-feira (23). O foco do pacote são os empréstimos às micro, pequenas e médias empresas.

As medidas anunciadas pela entidade monetárias têm, juntas, potencial de gerar R\$ 212 bilhões em novos empréstimos. As informações foram publicadas pela Folha de S. Paulo.

“Todas as medidas do BC passam pelos balanços dos bancos e dependem de uma análise de mercado que levam em consideração o risco e o retorno de cada operação. Como não fazemos transferência direta, os recursos precisam ser canalizados pelo sistema financeiro”, justificou o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto.

Veículo: Estadão	
Data: 24.06.2020	Caderno: Economia



Crise faz arrecadação de impostos e contribuições cair 33% em maio

O resultado é o pior para o mês desde pelo menos 2007, primeiro valor disponível na série divulgada pelo Fisco

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

23 de junho de 2020 | 16h17

BRASÍLIA – O adiamento no recolhimento de tributos e os efeitos econômicos da crise provocada pela pandemia do **novo coronavírus** levaram a arrecadação de impostos e contribuições federais a mais um

tombo no mês de maio, informou a **Receita Federal** nesta terça-feira, 23. Ingressaram nos cofres públicos R\$ 77,415 bilhões, uma queda real de 32,92% em relação a maio de 2019, já descontada a inflação no período.

O resultado é o pior para o mês desde pelo menos 2007, primeiro valor disponível na série divulgada pelo Fisco. Segundo os dados da Receita, o diferimento de tributos – medida adotada para aliviar o caixa de empresas num momento de forte queda no faturamento – teve um impacto negativo de R\$ 29,92 bilhões no mês passado.

Houve ainda uma queda de R\$ 2,351 bilhões na arrecadação devido à desoneração do IOF nas operações de crédito, outra medida adotada para facilitar a renegociação de dívidas por empresas e pessoas físicas nesse momento de dificuldades.

Em relação a abril deste ano, a arrecadação em maio foi 23,18% pior em termos reais. O resultado das receitas veio abaixo da mediana das expectativas dos analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast, calculada em R\$ 79,80 bilhões, e dentro do intervalo das previsões, de R\$ 38,860 bilhões a R\$ 94,260 bilhões.

No ano, a arrecadação federal soma R\$ 579,708 bilhões, o pior desempenho para o período desde 2010. O montante ainda representa recuo de 11,93% na comparação com igual período do ano passado.

Segundo a Receita Federal, o impacto total do diferimento dos tributos pode chegar a R\$ 121,451 bilhões, considerando que todos os contribuintes utilizem o instrumento. Até agora, o governo concedeu o adiamento nos recolhimentos de **PIS/Cofins**, contribuição previdenciária, IRPJ, CSLL e PIS/Cofins para empresas do **Simples Nacional**, assim como prorrogação de prazos para pagamento de parcelamentos de tributos realizados no passado.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benéz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Além do saneamento

Pandemia não eliminou imperativo nem viabilidade do ajuste orçamentário e da reforma do Estado

A bem-vinda iniciativa do Senado de votar o marco regulatório do saneamento básico indica que é possível, além de desejável, retomar a agenda de reformas econômicas sem prejuízo das medidas emergenciais de combate à pandemia.

Motivos para tanto não faltam, embora as atenções do mundo político ainda estejam, compreensivelmente, concentradas em providências de caráter temporário destinadas a mitigar os efeitos recessivos da crise do coronavírus.

A indiscutível necessidade de elevar os gastos públicos para socorrer famílias e empresas, por sua vez, não só pôs em suspenso o processo de ajuste orçamentário e redesenho do Estado como deu novo fôlego aos setores que a ele se opõem, por interesse ou convicção.

Com o segundo semestre do ano prestes a ter início, espera-se, com o pior da recessão deixado para trás, cumprir planejar com realismo os próximos passos da gestão econômica — quando menos por que a proposta de Orçamento de 2021 precisa ser enviada ao Congresso até o final de agosto.

Respeitar os preceitos básicos da responsabilidade fiscal, o texto seputará ilusões acerca de algum plano grandioso de obras, como especulado nos meios militares do governo, ou de um programa de transferência de renda muito maior que o Bolsa Família, aventado pelo ministro Paulo Guedes.

A peça projetará, tudo indica, um setor público ainda mais endividado — o passivo de União, Estados e municípios deve ultrapassar a casa de 90% do Produto Interno Bruto — e uma recuperação econômica não mais que modesta.

O espaço para as despesas federais continuará sendo tomado por salários e aposentadorias. Para a Instituição Fiscal Independente (IFI, vinculada ao Senado), haverá elevado risco de rompimento do teto constitucional de gastos.

Tal cenário exige atuação em duas frentes: de um lado, evitar o estrangulamento orçamentário, especialmente com a redução de encargos com servidores públicos; de outro, contribuir para o crescimento econômico com reforma tributária, melhoras na regulação e permanência dos juros baixos.

Nada disso impede que se tomem medidas para atenuar os impactos da pandemia e, para além da emergência, reduzir a pobreza e a desigualdade. Subsídios e incentivos fiscais devem ser revistos; uma taxa de juros mais progressiva da renda deve ser buscada; programas sociais devem ser aperfeiçoados. A superação da crise dependerá da diligência do Congresso e de alguma articulação da equipe do hoje inerte Ministério da Economia. A deterioração do quadro político representa decerto um empecilho considerável, mas conformar-se com a tragédia seria a pior escolha.

Jogada imprudente

Aliança oportunista entre Bolsonaro e Flamengo resulta na edição injustificada de MP para o futebol

Em mais um episódio do inesgotável histórico de promiscuidade entre políticos brasileiros e dirigentes de futebol, o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o do Flamengo, Rodolfo Landim, selaram uma aliança com vistas a promover interesses mútuos.

Na sexta-feira (19), os dois mandatários surpreenderam o país e o mundo esportivo em aparição pública para anunciar o envio ao Congresso de uma medida provisória que modifica as regras de negociação de direitos entre clubes e emissoras de televisão.

A canetada tem como um de seus alvos principais o Grupo Globo, de safeto de ambos. Enquanto Bolsonaro não tolera o jornalismo praticado por veículos do grupo, Landim trava há tempos uma batalha para mudar as bases dos contratos firmados com a maioria das agremiações futebolísticas.

O dirigente flamenguista, não se discute, tem todo o direito, senão a obrigação, de buscar condições mais favoráveis à sua entidade na venda de suas partidas. Assim como o Executivo pode perfeitamente entender que a legislação em vigor merece ser revista.

É flagrante, contudo, que o caminho escolhido está longe de ser o mais apropriado. A MP é instru-

mento legislativo ao qual o Executivo só pode recorrer em situação de clara urgência e relevância, como estipula a Constituição.

Há, além desse aspecto, o fato de que os contratos já celebrados não poderiam ser simplesmente anulados por uma penada presidencial — ato que em gíria futebolística poderia ser caracterizado como uma reviravolta de tapetão, sem o necessário debate. O roteiro proposto só contribui para gerar discórdia e insegurança jurídica.

Enquanto o Flamengo tende a agir de modo unilateral, sem levar em consideração as demandas coletivas do setor e seu fortalecimento institucional, Bolsonaro aproveita-se da ocasião de maneira demagógica e personalista.

Tais considerações não implicam julgamento negativo quanto às propostas urdidas pelo dirigente e pela Presidência. Ao contrário, a ideia de que os clubes podem ampliar sua autonomia na venda de direitos e obter mais vantagens como mandantes das partidas é legítima e está em sintonia com o que se observa em países europeus. Tais mudanças, contudo, deveriam ser fruto de um processo mais amplo de discussão, com a participação dos interessados e em consonância com a agenda do Legislativo.



Liberdade na rede

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Pretendo discutir hoje a regulação das redes sociais. O tema ganhou proeminência com o inquérito das fake news e a decisão de algumas empresas de apagar ou marcar como divididos posts dos presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump.

As redes sociais não realizaram o sonho de alguns visionários de tornar o mundo um lugar mais democrático e igualitário, mas também não me parece justo atribuir a elas a culpa por todos os males de nosso tempo. Mentiras e polarização são um problema, mas já existiam muito antes da internet. Os computadores apenas amplificaram seu alcance.

Os dilemas com os quais lidamos quando nos propomos a regular as redes não são, portanto, novidade. De um lado, temos a liberdade de expressão, que está no DNA do liberalismo democrático, e, de outro, os danos concretos que inverdades estrategicamente plantadas podem ocasionar, para indivíduos, para empresas e para o próprio ambiente institucional.

A grande dificuldade é que não dá

para simplesmente delegar a uma repartição pública o poder de decidir o que pode ser dito. Alguns Estados já fizeram isso, e o resultado não foi bom. Não precisamos de um Ministério da Verdade. A terceirização dessa responsabilidade para agências de checagem também não funcionaria.

A ideia de tornar as empresas legalmente corresponsáveis pelos conteúdos postados também é complicada. Se a adotássemos, prevaleceria os advogados, que, para evitar processos, vetariam tudo o que vá além de fotos de gatinhos.

Alternativas menos ruins são responsabilizar "a posteriori" os autores na justiça e colocar a pressão da opinião pública sobre as empresas para que elas próprias encontrem soluções. Isso já começou a acontecer, e elas estão se mexendo, algumas mais rápido do que outras.

É preferível ver uma empresa privada levantando dúvidas sobre a palavra do presidente a um órgão de Estado calando o candidato da oposição.

heli@uel.com.br

'I can't breathe' no Brasil

Cristina Serra

BRASÍLIA É imperioso voltar ao tema, tratado neste mesmo espaço, quase um mês atrás. A cena gravada por um celular eoa o martírio de George Floyd: "I can't breathe". Desta vez, aconteceu em Carapicuíba, São Paulo. Um policial militar aperta o joelho sobre o pescoço do rapaz negro, Gabriel, de 19 anos, imobilizado no chão. Gabriel agita as pernas em desespero. Desmaia duas vezes. Felizmente, o jovem sobreviveu. Os policiais responsáveis pela "abordagem" ficaram "afastados das ruas" até a conclusão das apurações.

Outro Gabriel, 22 anos, em Salvador, saiu do banco quando foi preso por policiais militares. Seu crime? É negro, tem tatuagens e o cabelo pintado de loiro. Foi confundido com um assaltante. Uma mobilização pelas redes sociais conseguiu libertá-lo. Os dois rapazes com nome de anjo sobreviveram. Outros não tiveram a mesma sorte. Em São Paulo, Guilherme, negro, 15 anos, foi encontrado morto com dois tiros. Também teria sido confundido com um ladrão. Os suspeitos são policiais mi-

litares que estariam fazendo "bicos" em segurança privada.

No Rio Grande do Sul, outro exemplo do nosso racismo à brasileira combinado com violência policial. Em abril, o engenheiro negro Gustavo Amaral, 28 anos, estava a caminho do trabalho quando foi parado numa barreira na estrada. O "padrão" se repetiu. Ele foi confundido com um assaltante e morto com um tiro disparado por um policial militar. Segundo o portal GaúchaZero Hora, que teve acesso ao inquérito da Polícia Civil, o policial agiu "em legítima defesa imaginária".

Na maioria de casos como esses, os policiais são temporariamente afastados das ruas, durante as investigações. Isso basta para que os comandos das corporações, governos estaduais e a sociedade façam de conta que estão enfrentando o problema. Meses depois, os policiais acabam voltando e, incentivados pela impunidade, continuarão o massacre cotidiano da juventude negra. Até quando a cor da pele será uma sentença de morte no Brasil?

Vista grossa e continência

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO No domingo, 21, Jair Bolsonaro tomou um jato da FAB em Brasília e veio ao Rio para o velório de um paraquedista morto na véspera — preso na aeronave ao saltar; quando se soltou, o paraquedas não abriu e ele foi ao solo. Usando o infeliz soldado como pretexto, Bolsonaro, de pifia carreira militar, fez um discurso falando em nome das Forças Armadas e, mais uma vez, deu a entender que elas intervirão se o "povo" — seus apoiadores no chiqueirinho do Alvorada — for contrariado.

É reconfortante saber que Bolsonaro se moveu com a morte de um cidadão brasileiro, a ponto de requisitar avião, gasolina e tripulação oficiais e voar 935 km para homenageá-lo. Já poderia ter feito o mesmo com pelo menos um dos 52 mil brasileiros mortos pela Covid-19 e sem deslocamento tão dispendioso. Bastaria acionar a equipe que filma suas lives em palácio. Mas não o fez, talvez porque tais mortos — de quem não se sabe quantos são ho-

mens ou mulheres, brancos ou pretos, velhos ou jovens — sejam, para ele, brasileiros de segunda classe.

Esta é uma das características menos percebidas de Bolsonaro: sua aberta adesão aos assuntos da caserna, em detrimento dos interesses de um contingente que deve compor 90 por cento da população — o nosso, o dos reles paisanos.

É assim que, enquanto seu governo se dedica a arrasar a educação, a saúde, o meio ambiente, os indígenas, o patrimônio histórico, a cultura e as relações internacionais, os militares — que, no passado, costumavam ser atentos a tais problemas — não têm do que se queixar.

Não são só os 3,000 fardados infiltrados no Executivo, a maioria em cargos para os quais são tão preparados quanto um civil para lubrificar canhão. São também os soldados bem protegidos pelas reformas econômicas, os quartéis nos trinques, as espadas tindo nas recepções. Em troca disso, Bolsonaro só lhes exige vista grossa e continência.

Há esperança

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici).
 Escreve às quartas

Parte importante dos problemas que nos afligem é consequência do próprio processo civilizatório. As pandemias são, entretanto, previsíveis: sabemos que um dia ocorrerão, só não podemos saber quando. É um jogo com um fator aleatório que exige como política pública um "seguro-saúde" vigilante e permanentemente preparado para enfrentá-las.

No Brasil, temos o Sistema Único de Saúde (SUS), provavelmente o mais universal do mundo: para todos os cidadãos e pago com impostos cobrados que podem, infelizmente, o orçamentador público, por necessidade oportunista e curto prazo, sempre negar SUS aquele "plus" cuja taxa de retorno é zero, mas que se torna infinita quando chega a pandemia.

Tudo isso tem muito pouco a ver com as trapaçalhas políticas-cívicas-religiosas gestadas pelos preconceitos pessoais do presidente Jair Bolsonaro. Entretanto não se pode ignorar a sua responsabilidade pela tragédia de mais de 50 mil mortos até agora. Falhou miseravelmente, por conta de seus caprichos agressivos, na administração do Ministério da Saúde.

A pandemia produziu um choque simultâneo na demanda global e na oferta global, que resultou em: 1º) uma violenta queda do PIB, talvez mais do que 7% em 2020; 2º) poderosas forças desinflacionárias, que levarão a taxa de inflação abaixo de 2%; 3º) um déficit primário em torno de 10% do PIB; 4º) uma relação dívida bruta/PIB beirando 95%. Ele foi razoavelmente bem enfrentado pela cooperação entre o Legislativo e o Executivo, com a aprovação da PEC da Guerra, que autorizou agressiva política fiscal e o Banco Central a produzir um processo de ampliação da liquidez. Apesar de alguns percalços, elas não ficaram a dever com relação às economias emergentes.

Restará uma grande elevação da relação dívida/PIB, o que é ruim, mas não mortal. Trata-se de um quociente cuja evolução dependerá da taxa de crescimento de cada um. Para que ele diminua, basta que a taxa de crescimento real do PIB seja maior do que a taxa de juro real.

O que faremos com isso quando a pandemia acabar?

A resposta depende da perspectiva que daremos aos agentes econômicos (internos e externos) da nossa capacidade de isolar os efeitos fiscais e monetários da pandemia, de retornar às "reformas" (do Estado e tributária) e de como manteremos o importante fator que restou da batalha: a espetacular redução monotônica da taxa de juro real que hoje namora 0%. É esta que dá esperança de que será possível administrar a dívida mesmo com um modesto crescimento. Ela depende, entretanto, de expectativas que se forem perturbadas com políticas exóticas, poderão tudo a perder.

mercado **coronavírus**

Fisco aponta manobras tributárias de empresários ligados a Bolsonaro

Valores cobrados em autuações da Receita chegam a R\$ 650 milhões; débitos são alvo de contestação em conselho

Julio Wiziack

BRASÍLIA A Receita multou empresários bolsonaristas por supostas manobras tributárias. A intenção seria, segundo auditores do órgão, evitar pagamento integral de impostos.

Entre as irregularidades apontadas está a simulação de operações de compra e venda de aeronaves. A Receita vê também uso de documentos falsificados para recolher contribuições previdenciárias. Levantamento feito pela Folha mostra que oito empresários ligados ao governo devem cerca de R\$ 650 milhões.

São valores cobrados pela Receita, contestados no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). Esta é a última instância de questionamentos no Executivo.

Há também registros na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional). Após decisões judiciais, o órgão cobra pendências transitadas em julgamento e registradas na dívida ativa da União.

Segundo empresários consultados pela Folha, na gestão Bolsonaro o Carf se tornou mais amigável. Agora, o governo deixou de ter voto de desempate nas autuações superiores a R\$ 5 milhões.

Antes havia a queixa de que o fisco mantinha a punição graças ao voto de minerva do então representante do Ministério da Fazenda em caso de em-

pate no Carf. O contribuinte, nesse caso, saía prejudicado.

Em janeiro deste ano, os empresários Rubens Menin, dono da MRV Engenharia e principal acionista do canal CNN Brasil, e Salim Mattar, um dos fundadores da Localiza e hoje secretário de Desestatização e Privatização do Ministério da Economia, recorreram ao Carf de uma multa aplicada pelo fisco que, se fosse paga à vista nesta quarta-feira (24), seria de cerca de R\$ 140 milhões.

No recurso, a que a Folha teve acesso, os empresários questionam a possibilidade de a Receita fazer cobrança referente a operação envolvendo um jato executivo da marca Falcon ocorrida em 2011.

Eles afirmam no processo que não são os proprietários da aeronave e apresentaram um contrato de aluguel com a Líder Têxtil Aérea. A empresa seria a importadora do avião usado exclusivamente por eles. Os auditores, no entanto, verificaram pagamento de US\$ 4 milhões à época feito pelos empresários à fabricante do avião, a Dassault. Para eles, o valor seria um sinal da compra.

Também foi constatado um financiamento para a aquisição do bem no Bank of America, que teria feito um pagamento pela aeronave à Dassault à vista e ficado com os US\$ 4 milhões como garantia.

Salim afirmou, em nota, que a operação de aluguel do jato



Flávio Rocha
Fundador e principal acionista das Lojas Riachuelo e das Confecções Guararapes

R\$ 128 mi
é o valor cobrado de suas empresas



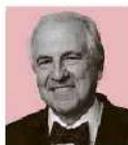
Salim Mattar
Secretário de Desestatização e Privatização, é fundador da Localiza, empresa de que é o principal acionista

R\$ 140 mi
devidos pela suposta compra de aeronave. A Localiza deve R\$ 430,7 milhões



Luciano Hang
Dono das Lojas Havan

R\$ 194,1 mi
são cobrados, entre dívidas na Receita Federal, na PGFN e renegociadas pelo Refis



Rubens Menin
Fundador e principal acionista da MRV Engenharia e dono da CNN Brasil

R\$ 140 mi
devidos por suposta compra de aeronave, aparece como responsável por dívidas da empresa que somam R\$ 4,1 mi

feita em conjunto com Menin foi "legítima" e "realizada de acordo com a legislação vigente". Menin não havia respondido até a conclusão deste texto.

A aeronave era usada pelos empresários, segundo os auditores, para negócios particulares e de suas empresas.

Salim comandava à época a Localiza, que também tem débitos inscritos na dívida ativa da União. Ele deixou a empresa para assumir o cargo no governo em 2019.

O secretário não respondeu às questões sobre a Localiza. A assessoria de imprensa da empresa informou que a inscrição dos débitos é indevida.

"Houve um erro de digitação no preenchimento da declaração de débitos tributários federais. O valor correto já foi quitado dentro do prazo de vencimento", disse a Localiza.

A PGFN informou que o débito foi lançado há cerca de dez dias e está pendente.

Dentre os bolsonaristas, Luciano Hang, dono das Lojas Havan, é o recordista em infrações e contestações no Carf, segundo os técnicos.

Na Receita, a Havan deve ao menos R\$ 57,9 milhões. Há ainda R\$ 13,2 milhões em cobrança pela PGFN e mais R\$ 12,3 milhões parcelados pelo último Refis (programa de repactuação de dívidas tributárias).

A Havan já foi multada por ora esconder receitas, ora despesas na contabilidade como

forma de gerar resultados menores de tributos a pagar.

No caso considerado mais grave, Hang teria sonegado valores devidos em contribuição previdenciária de funcionários se valendo de documento que, segundo ele, comprovaria a existência de créditos a serem compensados.

A Receita, porém, afirma que os créditos nunca existiram. Diante da suspeita de fraude de documento, o órgão encaminhou o caso para o MPF (Ministério Público Federal), em Santa Catarina.

A autuação é de 2013. Em valores corrigidos, Hang deve R\$ 2,5 milhões. O empresário cometeu infrações semelhantes em processo de 2003. Ele foi condenado pela Justiça, mas fez acordo e se livrou da pena.

Consultado, Luciano Hang não quis comentar os casos.

Na lista de empresários em disputas com o fisco a PGFN constam ainda Flávio Rocha (Riachuelo), Junior Durski (restaurantes Madero), Edgard Corona (SmartFit) e Sebastião Bonfim (Centaura).

Rocha afirmou que os débitos da Riachuelo e da Confecções Guararapes são indevidos. "Por isso, apresentamos garantias [seguros e fianças bancárias] e exercitamos nosso direito constitucional à ampla defesa", disse à Folha.

Os outros empresários não haviam respondido até a conclusão deste texto.

Queda na receita e recolhimento adiado de tributos reduzem arrecadação em 33%

Bernardo Caram

BRASÍLIA Impactado pela crise provocada pelo coronavírus, o governo federal perdeu quase um terço das receitas de tributos em maio. No mês passado, a arrecadação federal desabou 32,9%, na comparação com maio do ano passado, já descontada a inflação.

O resultado de R\$ 77,4 bilhões, divulgado pela Receita Federal nesta terça-feira (23), é o pior registrado em 15 anos.

Os números refletem uma deterioração da atividade econômica em razão da pandemia. Também é observado impacto de medidas que adiaram a cobrança de tributos pelo governo para aliviar o caixa das empresas no período.

Diante do agravamento da crise, o Ministério da Economia anunciou a suspensão de cobranças de tributos como PIS/Cofins e contribuição previdenciária, além de pagamentos do Simples Nacional. Parte das medidas começou a surtir efeito nas parcelas de abril.

Somente em maio, o adiamento dos tributos gerou uma redução de R\$ 29,9 bilhões no caixa do governo. No período de três meses de validade, o impacto das medidas que adiaram a cobrança

Receita libera o maior lote de restituição de IR da história

A Receita Federal liberou a consulta para o segundo lote de restituições do Imposto de Renda 2020 nesta terça-feira (23). O valor será depositado no dia 30, na conta bancária indicada pelo contribuinte ao fazer a declaração. Esse será o maior lote de restituições da história, com R\$ 5,7 bilhões pagos a cerca de 3,3 milhões de contribuintes. Como a Receita estendeu o prazo para a declaração devido à pandemia de coronavírus, os lotes de restituição estão sendo entregues antes mesmo do final da entrega, em 30 de junho. Neste ano os lotes foram reduzidos de sete para cinco. O primeiro lote foi pago em 29 de maio.

de tributos é estimado em R\$ 121 bilhões.

Esses adiantamentos não significam que os tributos não serão cobrados. Após a suspensão, os valores precisarão ser quitados pelas empresas.

O governo organizou os cronogramas para que os pagamentos sejam concluídos até dezembro, sem que o impacto seja empurrado para 2021.

Em maio, houve efeito negativo de R\$ 2,4 bilhões em razão da isenção de IOF sobre operações de crédito anunciada para o período da pandemia.

Assim, a situação da economia, porém, foi decisiva para o desempenho das receitas de tributos do governo. Em maio, a produção industrial registrou recuo de 31% em relação ao mesmo mês de 2019. A venda de bens caiu 27%, e as vendas de serviços baixaram 17%.

Todos esses indicadores ajudam a explicar o desempenho da arrecadação em maio", disse o chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita, Claudemir Malaquias.

Ele argumenta, no entanto, que a maior parte do efeito negativo se deve aos adiantamentos e às reduções de tributos. Segundo ele, excluídas essas medidas, a queda de arrecadação no mês teria sido muito menor, de 3,7%.

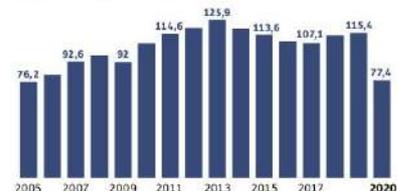
Os recolhimentos de IR de pessoa jurídica, que servem de termômetro para o desempenho da atividade, tiveram queda real de 12,7% em maio.

Os resultados da arrecadação chegaram a apresentar alta no início deste ano, antes da pandemia. Depois, houve uma forte inversão nos resultados.

No acumulado do ano, a queda real está em 12%. A perda de receitas e os gastos para minimizar os efeitos da pandemia devem levar o país ao maior rombo fiscal já registrado. A mais recente projeção do Tesouro indica que o déficit primário vai superar R\$ 700 bilhões em 2020.

Arrecadação tributária tem pior maio em 15 anos

Resultado para meses de maio em R\$ bilhões, corrigidos pelo IPCA



Fonte: Receita Federal

Comunicado Base – Veículos Audi modelo Q8

A Audi do Brasil convoca os proprietários dos veículos abaixo relacionados, fabricados em novembro de 2019, a contatar uma concessionária Audi para inspeção e, se necessária, a substituição da tubulação de óleo da caixa de transmissão.

MODELO	ANO/MODELO	INTERVALO DE CHASSIS (NÃO SEQUENCIAL)
Q8	2020	WAU_FL_L0010785 a WAU_FL_L0012193

Data inicial e final de fabricação dos veículos: de 7/11/2019 a 19/11/2019.

Riscos: possível vazamento de óleo da transmissão na pista enquanto o veículo está em movimento, podendo acarretar acidente e causar danos físicos e materiais aos ocupantes do veículo e a terceiros.

Local de atendimento e atendimento do serviço: rede de concessionárias Audi

Solução: inspeção e, se necessária, a substituição da tubulação de óleo da caixa de transmissão.

Componente afetado: tubulação de óleo da caixa de transmissão.

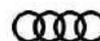
Notificação: o serviço é gratuito e o tempo estimado é de 2 (duas) horas.

Data de início e fim do atendimento: a presente campanha terá início a partir do dia 24/06/2020 e toda a rede de concessionárias permite, por tempo indeterminado, à disposição dos consumidores para a realização do serviço.

Para informações adicionais, consulte a Central de Relacionamento Audi pelo telefone: 0800-777-2634, acesse o site www.audi.com.br ou contate sua concessionária Audi.



No trânsito, dê sentido à vida.



mercado coronavírus

Pacote para liberar R\$ 112 bi a pequena empresa

Medidas tentam incentivar bancos a emprestar para pequenos negócios, que estão com crédito restrito na crise

Larissa Garcia

BRASILIA O Banco Central lançou nesta terça (23) novo pacote de medidas para tentar ampliar a oferta de crédito na pandemia do novo coronavírus. O esforço do BC é para tentar fazer com que os empréstimos cheguem a micro, pequenas e médias empresas. Juntas, as medidas têm potencial de gerar R\$ 112 bilhões em novos financiamentos. Desde o início da crise, mul-

tas empresas reclamam que tentam contratar crédito, mas não conseguem. "Todas as medidas do BC passam pelos balanços dos bancos e dependem de uma análise de mercado que levam em consideração o risco e o retorno de cada operação. Como não fazemos transferência direta, os recursos precisam ser canalizados pelo sistema financeiro", justificou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Ele admitiu que a maior parte do dinheiro concedido depois do início da crise foi para grandes empresas. "Muitos recursos foram tomados pelas menores, mas a gente entende que a maior parte dos recursos foi para as grandes." "O objetivo claro [dessas medidas] é direcionar para as micro, pequenas, médias empresas", disse. Campos Neto também afirmou que parte das medidas de estímulo ao crédito lançadas

até o momento pelo BC teve baixa adesão, mas alegou que isso ocorreu também em outros países. Uma das medidas desta terça autoriza que o saldo das operações de crédito para capital de giro de empresas de faturamento anual de até R\$ 50 milhões, contratadas entre 29 de junho e 31 de dezembro, seja deduzido do recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança, pelo prazo de três anos.

O Banco Central projeta que a iniciativa libere R\$ 55,8 bilhões em recursos. O recolhimento compulsório é a parcela do valor investido pelo cliente que o banco precisa deixar no BC e que não pode ser emprestado. Para obrigar a aderência dos bancos à medida, a autoridade monetária determinou que 30% do saldo do depósito não seja reinvestido caso a instituição opte por deixar o recurso no BC. Bancos que não têm clientes com esse perfil ou que preferem não correr o risco podem deduzir as aplicações em DPGE (Depósitos a Prazo com Garantia Especial) de instituições financeiras pequenas. O DPGE é um título garantido pelo FGC (Fundo Garantidor de Créditos) criado pelo BC no início da crise. O papel é emitido por bancos e pode ser comprado por qualquer investidor.

Em maio, o presidente do Itaú, Cándido Bracher, havia afirmado que o BC estudava essa linha de crédito. Na prática, o consumidor que contratou crédito para compra da casa própria pode usar o saldo já quitado para pedir outro empréstimo com o mesmo valor e mesma taxa pactuada em contrato. Os bancos menores também terão requerimento de capital reduzido temporariamente. Com isso, haverá liberação de recursos de R\$ 1,3 bilhão e potencial no aumento da capacidade de concessão de crédito de R\$ 16,5 bilhões. O requerimento de capital é um instrumento de regulação bancária criado depois da crise financeira de 2008. A autoridade monetária exige que as instituições financeiras tenham um percentual mínimo de patrimônio para garantir recursos durante uma eventual crise. Ao diminuir essa parcela, o BC permite que os recursos fiquem livres para empréstimos. Além disso, a autoridade monetária lançou um sistema de otimização de capital. As instituições que quiserem emprestar em forma de capital de giro às empresas de pequeno e médio portes não terão que fazer provisionamento (reserva) para os chamados "ativos decorrentes de diferenças temporárias". Para terem o capital liberado, os bancos serão obrigados a conceder empréstimos por segmento com prazo mínimo de três anos e carência de seis meses. O potencial de geração de novos empréstimos é de R\$ 12,7 bilhões. Com os recursos, os bancos devem emprestar, no mínimo,

50% para empresas com faturamento anual de até R\$ 100 milhões, 20% para empresas com faturamento anual entre R\$ 100 e 300 milhões e 20% para programas com risco compatível com o do Governo (Prontinho, FGI e Pese).

BC quer liberar para crédito parte já paga de imóvel financiado

O Banco Central anunciou, nesta terça (23), que pretende aprovar medida que libera o uso de imóvel já financiado como garantia para um novo empréstimo com as mesmas condições contratadas. A medida foi anunciada com novo pacote de enfrentamento à crise gerada pelo novo coronavírus e tem potencial de liberação de R\$ 60 bilhões em créditos novos.

Em maio, o presidente do Itaú, Cándido Bracher, havia afirmado que o BC estudava essa linha de crédito. Na prática, o consumidor que contratou crédito para compra da casa própria pode usar o saldo já quitado para pedir outro empréstimo com o mesmo valor e mesma taxa pactuada em contrato. Os bancos menores também terão requerimento de capital reduzido temporariamente. Com isso, haverá liberação de recursos de R\$ 1,3 bilhão e potencial no aumento da capacidade de concessão de crédito de R\$ 16,5 bilhões. O requerimento de capital é um instrumento de regulação bancária criado depois da crise financeira de 2008. A autoridade monetária exige que as instituições financeiras tenham um percentual mínimo de patrimônio para garantir recursos durante uma eventual crise. Ao diminuir essa parcela, o BC permite que os recursos fiquem livres para empréstimos. Além disso, a autoridade monetária lançou um sistema de otimização de capital. As instituições que quiserem emprestar em forma de capital de giro às empresas de pequeno e médio portes não terão que fazer provisionamento (reserva) para os chamados "ativos decorrentes de diferenças temporárias". Para terem o capital liberado, os bancos serão obrigados a conceder empréstimos por segmento com prazo mínimo de três anos e carência de seis meses. O potencial de geração de novos empréstimos é de R\$ 12,7 bilhões. Com os recursos, os bancos devem emprestar, no mínimo,

ABANDONO DE EMPREGO... ANNA CLELIA FERREIRA BEZERRA... COMUNICAÇÃO DE EXTRAVIO... JUNTA CONDOMINIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO...

Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações... Edital de Convocação... Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de julho de 2020...

River ton Gestão Patrimonial Ltda. Edital de Convocação... Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 25 de maio de 2020...

ASSOCIAÇÃO CYRELA ESTORIL EDITAL DE CONVOCACAO... Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de julho de 2020...

Associação Cyrela Estoril... Edital de Convocação... Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de julho de 2020...

Associação Cyrela Estoril... Edital de Convocação... Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de julho de 2020...

Associação Cyrela Estoril... Edital de Convocação... Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de julho de 2020...

Associação Cyrela Estoril... Edital de Convocação... Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de julho de 2020...

Assimante, na compra da coleção completa, ganhe 4 livros, o rete e o prazer de ver seu filho lendo em inglês. Contos e Fábulas Bilingues. Coleção Folha. Pague em até 10x sem juros no cartão. Inclui audiolivro em inglês. Preço: R\$ 19,90 cada livro.

mercado coronavírus

Cartelistas sem fronteiras

Cartelização entre os governos beneficia os países ricos e pune os pobres e emergentes

Helio Beltrão

Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil.

Para auxiliar sua narrativa, sa-gazes debatedores de políticas públicas lançam mão de vocábulos com significado adulterado. Faz parte da retórica: o mais importante é vender sua ideia por meio da palavra mais aceitável perante o público.

Uma das tendências mais marcantes em termos de acordos entre países neste novo milênio é a harmonização de regulamentações e de impostos.

Os burocratas argumentam que, dessa forma, se estabelecem condições equitativas de comércio e impostos entre países, o chamado "level playing

field". Os governantes esperam evitar uma "corrida ao fundo do poço", que se refere ao pesadelo de impostos continuamente reduzidos por meio de uma "guerra fiscal" para atração de investimentos.

Não é bem assim. Onde se lê "harmonização de impostos" poderia se ler "cartelização entre governos"; e lê-se "competição entre governos" em lugar de "guerra fiscal".

A iniciativa mais recente é da OCDE, o grupo de países mais desenvolvidos, que pretende impor uma alíquota mínima de Imposto de Ren-

da sobre empresas no mundo todo. Sem surpresa, essa proposta tem os intelectuais socialistas como aliados de primeira hora. A ICRIC — entidade que faz lobby por aumento de impostos no mundo e que congrega economistas como Thomas Piketty, Joseph Stiglitz e outros — defende a imposição mundial de uma alíquota efetiva mínima de 25% sobre o lucro de empresas que atuem em mais de um país.

É consenso entre economistas que a competição entre empresas é saudável, por induzir a diminuição de preços e mel-

horia de produtos.

Curiosamente, não há similar consenso de que a competição entre governos seja saudável, embora indubitavelmente tenda a induzir eficiência, melhoria dos serviços públicos e maior disciplina na execução do Orçamento público. É como se, para esses economistas dissidentes, a ciência econômica funcionasse acima do Equador com certas leis e abaixo com outras.

A monopolização por lei é o principal impedimento à competição. Note o exemplo do que ocorre quando o governo é pro-

vedor legalmente monopolista de um serviço, caso dos jogos de azar no Brasil. Ao passo que cassinos no exterior pagam aos apostadores entre 95% e 99,5% do que se aposta, a Mega-Sena distribui apenas 22%; a banca estatal monopolista fica com inacreditáveis 68% do total arrecadado, que representa taxa de administração 15 a 130 vezes maior que a dos cassinos!

Sem alguma competição com outros governos, o setor público se ergue ao posto do levitã inerentemente inclinado a extrair recursos dos contribuintes, como argumentam Brennan e Buchanan (1985).

A competição de impostos entre estados e municípios da Federação permite efeitos similares à competição internacional. A disputa em curso para sediar o centro de distribuição da multinacional argentina de comércio eletrônico Mercado Livre ilustra o tema. Ao se materializar o risco de perder o in-

vestimento para a mais desburocratizada Santa Catarina, o governo do Rio Grande do Sul resolveu se movimentar para atualizar regras burocráticas arcaicas de seu ICMS.

Fosse proibida uma rivalidade entre estados, o Mercado Livre seria obrigado a se submeter às regras burocráticas ou alternativamente preferir o Brasil em favor de outro país.

A cartelização ou harmonização entre os governos beneficia os países ricos e pune os pobres e emergentes. Uma das formas mais justas para compensar desvantagens regionais de natureza geográfica ou histórica é justamente permitir que os tais jurisdições possam competir oferecendo custos e impostos menores.

As jurisdições mais ricas geralmente possuem melhor infraestrutura e mão de obra mais qualificada que as pequenas. Mas justiça não é o que eles querem.

DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



Estátua de Luiz Gonzaga em Caruaru (PE), que, ao lado de Campina Grande (PB), tem perda estimada em R\$ 400 mi sem festas juninas. Leo Caldas/Folhapress

Nordeste terá prejuízo de ao menos R\$ 1 bi em 2020 sem festas de São João

Perdas não se restringem às festas e atingem setores como indústria de fogos, hotelaria e transporte

João Valadares e João Pedro Pitombo

RECIFE E SALVADOR. As bandeiras não foram penduradas nas praças que seriam palco do arrasta-pé. A cerveja e o licor que seriam consumidos com voracidade entre um forró e outro ficaram nas prateleiras. E as barracas que venderiam pratos típicos como bolos e canjicas não sequer abriram as portas.

O cancelamento e o adiamento das festas de São João em razão do coronavírus devem resultar em prejuízo de ao menos R\$ 1 bilhão para os principais estados do Nordeste.

A estimativa refere-se apenas às maiores festas juninas de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia. Mas o impacto é muito maior, já que são realizados arraiais de pequeno porte em quase todas as cidades nordestinas.

Caruaru (PE) e Campina Grande (PB), que realizam as duas festas de São João mais famosas do Brasil, deixaram de movimentar, juntas, R\$ 400 milhões no período junino. Em Mossoró (RN), a festa previa uma movimentação de

R\$ 94 milhões, impacto frustrado pela pandemia.

Além da festa em si, o ciclo junino impacta toda uma cadeia produtiva, que inclui a produção de pratos típicos, licor artesanal, fogos de artifício, transporte aéreo, rodoviário, hotelaria e até aluguel por temporada de casas.

"A importância econômica do São João é gigante. Imagine que muitas pessoas passam o ano inteiro para colocar sua atividade comercial dentro do cenário da festa. Vivem na dependência de realização do evento", afirma o prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues (PSD).

Na cidade, onde a movimentação de turistas começa ainda em maio, com a realização de festas privadas, o São João gira R\$ 200 milhões e gera uma receita de ICMS em junho que supera o mês de dezembro.

Em Caruaru, que atrai cerca de 3 milhões de pessoas durante o ciclo junino, o cancelamento da festa teve um impacto forte na geração de postos de trabalho. Ao todo, cerca de 12 mil empregos diretos e indiretos eram gerados na cidade nesta época do ano.

"Tínhamos sete funcionários só para vender comidas típicas durante o São João na cidade cenográfica que era montada em Caruaru. Sem a festa, o impacto é enorme. O planejamento foi por água abaixo", diz o comerciante Henrique Lira e Silva, que havia 20 anos lucrava com o São João.

A rede hoteleira da região, que tem ocupação de 100% durante os meses de maio e junho, está praticamente fechada. O presidente da AbihPE (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Pernambuco), Eduardo Cavalcanti, afirma que a rede hoteleira não agreste e no sertão do estado está funcionando com taxa de ocupação entre 5% e 10%.

Em Gravatá, há apenas dois hotéis e uma pousada funcionando. Em Caruaru, grandes hotéis demitiram funcionários ou deram férias coletivas. "Fizemos investimentos altos. Todas as reservas foram canceladas. Tivemos que fazer reembolso dos clientes", diz Fábio Couto, dono de um dos maiores hotéis da cidade. Ele demitiu 17 funcionários. As atividades foram retomadas no início de junho.

"Temos quase cem apartamentos aqui. Há apenas dez ocupados. Não paga nem os funcionários".

Na famosa feira de Caruaru, ainda fechada, alguns comerciantes que vendiam roupas e decorações juninas tentam driblar a restrição. Mas não havia clientes.

"Estamos abrindo um pouquinho aqui. Estou tentando vender umas roupinhas de São João, mas ninguém compra nada", diz Maria José da Silva.

Na Bahia, onde as principais festas são pulverizadas em várias cidades de médio porte, o governo estima que o São João movimentou cerca de R\$ 550 milhões na economia.

Em 2019, só as prefeituras baianas investiram R\$ 190 milhões em serviços relacionados às festas, como montagem de estruturas, atividades culturais e contratação de artistas. Já as 60 maiores festas privadas de São João, São Pedro e Santo Antônio arrecadaram cerca de R\$ 110 milhões e atraíram cerca de 500 mil pessoas.

"Existe toda uma cadeia produtiva que foi interrompida. Não é só o dinheiro que deixa de circular, mas todos os ne-

go. Começamos a trabalhar a ideia do São João não apenas como festa, mas como uma tradição. É da importância de curtir mesmo dentro de casa", afirma Harry Zilberman Racz, gerente de marketing da Ambev para o Nordeste.

Os produtores de licor artesanal também apostam nas festas em casa. Com a produção de 5.000 garrafas para o período junino, a microempresária Maria Cristina Muricy, a Tia Dadá, adotou o serviço de entrega por delivery.

"Quem gosta de um licor no São João não deixou de comprar. Se não tem festa, bebe em casa", afirma Dadá, que mantém sua produção artesanal na cidade de Feira de Santana (109 km de Salvador).

Suspensão tem impacto maior no semiárido

Fernanda Perrin

SÃO PAULO. A suspensão da festa de São João deve ter um impacto significativo na economia nordestina, mas sobretudo na região do semiárido.

Diferentemente do Carnaval, concentrado nas capitais, uma das principais características do evento é sua pulverização por todo o interior da região, o que o torna uma importante fonte complementar de renda para cidades de pequeno e médio porte.

A festa representa de 18% a 20% da economia desses municípios ao ano, afirma o economista Roberto Machado Lopes, professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Com a suspensão, a economia nordestina pode sofrer uma retração adicional do PIB de 2% a 3% em 2020, para além dos cerca de 8% já projetados.

"O São João integra toda uma cadeia de turismo no interior do Nordeste que é diferente daquela da capital, onde as atividades são mais formalizadas e concentradas", afirma Gervásio Santos, professor de economia da Universidade Federal da Bahia.

O economista destaca ainda o efeito sobre os trabalhadores autônomos e informais, que ao longo do ano se deslocam de evento em evento, como o Carnaval, as micaretas e as festas religiosas. Sem o São João, eles devem perder uma fonte importante de complementação da renda.

Em razão desse fluxo de trabalhadores, muitos oriundos de cidades pequenas, o efeito do cancelamento de uma festa de grande porte como o São João de Caruaru ou o de Campina Grande acabará se difundindo por toda a região, diz Santos. **Leia mais sobre São João à pág. 83**

Prefeituras gastam com testes de Covid mesmo com rede pública ociosa em SP

Principal laboratório estadual, Butantan processa apenas cerca de 10% de sua capacidade

Ana Bottallo

SÃO PAULO Enquanto a rede estadual criada para realizar exames de Covid-19 está ociosa, hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) têm contratado laboratórios privados para a realização de testes com pacientes no estado de São Paulo.

Ao mês, 70 mil testes feitos em hospitais públicos são encaminhados para laboratórios privados contratados pelas prefeituras, com custo extra por exame que chega a R\$223, na cidade de São Paulo, e R\$150, nos municípios do ABC e em Santos.

Criada em abril, a rede pública, coordenada pelo Instituto Butantan, tinha como objetivo processar os exames RT-PCR e desafogar a fila de testes. Na mesma época, o governo do estado anunciou a construção de um laboratório no próprio instituto, com custos de mais de R\$10 milhões, considerando os gastos em máquinas, instrumentos e reagentes.

Os exames realizados nos laboratórios da rede estadual não têm custo para os hospitais públicos.

Quando anunciou a rede, o governo previa uma capacidade de processamento de 2,000 amostras por dia, a ser ampliada, em maio, para até 8,000 amostras, sendo 5,000 só no Butantan. O número de exames realizados diariamente, no entanto, mantém-se na faixa de 1,700 testes por dia, sendo 520 no Butantan.

Na capital paulista, exames solicitados nos hospitais municipais são enviados aos laboratórios particulares Afip (Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa) e Cientificab, contratados pela prefeitura por R\$ 12,48 milhões e R\$ 1,2 mi, respectivamente.

Os contratos preveem a realização de até 60 mil exames mensais pela Afip e 6,000 pela Cientificab. Esses 66 mil testes RT-PCR colhidos nos hospitais municipais das cinco regiões da capital processados pelas empresas têm custo unitário de R\$ 203.

Segundo a Secretaria Mu-



FUNCIONÁRIO MONITORA DADOS DA COVID-19 EM SP

Pesquisador do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) trabalha em frente a telas que mostram informações relacionadas à pandemia de coronavírus no estado de São Paulo, em gabinete de crise montado para combate ao vírus. Amanda Pezobelli/Reuters

nicipal de Saúde de São Paulo, os contratos foram feitos no início da pandemia para atender à demanda e desafogar a fila de exames repassados ao Instituto Adolfo Lutz, um dos três laboratórios centrais de saúde pública (Lacens) credenciados para os exames de Covid-19 no país.

"A fila só foi zerada porque a secretaria contratou duas empresas para realização dos exames na rede municipal hospitalar", disse a prefeitura.

A secretaria informou que são realizados, diariamente, 2,300 exames RT-PCR no município, cerca de 35% a mais do que os exames processados em toda a rede estadual. Segundo a pasta, o material é encaminhado aos laboratórios credenciados para aumentar a capacidade diária ofertada.

Além da capital, outras cidades também firmaram contratos com laboratórios privados. Em Santos, a prefeitura

fez contrato de R\$3 milhões com uma empresa de diagnósticos laboratoriais sediada em São Paulo, a Centro de Genomas, para realização de até 20 mil exames RT-PCR. Até o momento, foram realizados 13 mil exames, de acordo com a secretaria de Saúde.

No ABC paulista, as prefeituras de Santo André e São Bernardo do Campo firmaram contratos com a Faculdade de Medicina do ABC (FMABC) para realização de cerca de 500 exames diários a um preço médio de R\$146 por unidade. Todos os insumos são fornecidos pela própria faculdade, que está entre os laboratórios habilitados pela rede estadual para realização dos testes.

Os contratos, no entanto, continuarão mesmo depois que a fila foi zerada. Com isso, a capacidade de processamento de exames na rede do Instituto Butantan permaneceu ociosa. Até o último dia

10, foram realizados 120 mil exames na rede estadual, cerca de 11% do prometido.

"É importante deixar claro que cada município tem autonomia em definir quais os meios de processamentos de suas amostras", afirmou o instituto, em nota. "Eventuais questionamentos sobre a contratação de exames na rede privada por parte dos municípios devem ser encaminhados à da prefeitura", completou.

A Secretaria Estadual de Saúde informou que os testes de RT-PCR podem ser realizados em laboratórios privados habilitados pelos Lacens, nos casos de atendimentos particulares ou na rede de saúde suplementar (convênio médico).

O governo estadual não respondeu por que os exames municipais não chegam à rede estadual. Por meio da assessoria de imprensa, a gestão Dória relatou que algumas secretarias municipais apresen-

taram, desde o início da pandemia, dificuldade em obter os kits para coleta de exames, compostos pelo swab (espécie de cotonete) e tubo plástico.

Devido a isso, o governo realizou a compra de 250 mil swabs para distribuição nos municípios, com gasto adicional de R\$9,9 milhões, pagos pela Fundação Butantan.

No entanto, as secretarias de São Paulo, Santos e São Bernardo do Campo afirmaram que nunca houve falta de swabs.

Os contratos com laboratórios particulares, dizem as secretarias, foram firmados no início da pandemia para obter maior rapidez e agilidade nos diagnósticos. Segundo as prefeituras, o tempo de processamento e a elaboração de laudo das amostras enviadas à rede estadual chegava a dez dias.

A Folha de Butantan negou que haja "demora no processamento de amostras por parte da rede". "Os resultados são

emitidos em até 48 h", afirmou.

De acordo com a prefeitura de Santos, embora o Instituto Adolfo Lutz, da rede estadual, tenha retornado à normalidade, o município optou por manter o contrato com o laboratório privado devido à qualidade do serviço prestado.

Em São Bernardo do Campo, a prefeitura tem um convênio com a FMABC para análises clínicas e optou por continuar com o envio de testes RT-PCR. Argumenta que o Adolfo Lutz não mantém o fluxo de processamento semanal, causando atrasos nos laudos; o laboratório público nega.

No início da pandemia, o principal entrave reportado pelo próprio governo do estado era a dificuldade em obter insumos para os testes. Por isso, a gestão Dória vem promovendo ações de compra de kits.

Foram gastos até o momento cerca de R\$ 390 milhões pela Fundação Butantan, que cuida das finanças do instituto, dos quais R\$ 13,5 milhões são para a compra de testes rápidos. O órgão despendeu ainda R\$ 85 milhões para aquisição de 1,3 milhão de kits RT-PCR, importados da Coreia do Sul. Desse total, foram utilizados até 10 de junho 23 mil kits pelo Butantan e pelos demais laboratórios da rede.

O restante dos exames, cuja operação é do Instituto Adolfo Lutz (Laboratório Central de Saúde Pública), utiliza insumos vindos da fábrica Bio-Manguinhos da Fiocruz, distribuídos via Ministério da Saúde. Foram feitos, até a mesma data, 86 mil exames nos laboratórios do IAL, sem utilização de recursos do estado.

Já na rede privada foram realizados, até 2 de junho, 226 mil exames, mais que o dobro do realizado pelo governo do estado até a mesma data —102 mil.

O governo estadual publicou em 8 de junho decreto que torna obrigatória a notificação à secretaria estadual de todos os exames realizados para Covid-19 em laboratórios privados, com resultado positivo ou negativo.

A consolidação dos exames da rede privada e pública, no entanto, pode gerar duplicação de testes na rede estadual, uma vez que uma mesma pessoa pode colher amostras nas duas redes. Problema dessa ordem foi relatado à Folha por profissionais do Butantan.

O mesmo pode acontecer para pacientes que realizam o exame molecular e o sorológico, se não há validação dos dados no sistema.

Brasil lidera em registros de novas infecções desde o fim de maio

João Gabriel

SÃO PAULO O aviso de que a América Latina se tornara o novo epicentro global da pandemia de coronavírus prenunciou o que foi realidade dias depois, quando em 31 de maio, o Brasil se tornou o país onde a doença mais cresce.

O país lidera a média semanal de novos casos da Covid-19 desde que ultrapassou, em maio, os EUA, país que tem o maior número de casos acumulados —mais de 2 milhões.

Na época, os EUA apresentavam desaceleração, mas nos últimos dias voltaram a registrar aumento e se aproximam do Brasil, como mostra o levantamento com o consolidado de novos casos a cada sete dias. Os dados são da Agência da União Europeia para Controle e Prevenção de Doenças, com números de todo o planeta.

"São dois países com péssima direção. O que o governo Trump fez lá e o governo Bolsonaro fez aqui, só podia terminar nisso. São países que foram negociacionistas", diz Paulo Lotufo, epidemiologista da Faculdade de Medicina da USP.

Segundo o médico, pelo panorama atual, não há algo que indique que o cenário mudará para os dois países. Pelo contrário. No caso estadunidense, por exemplo, há uma

forte tendência de crescimento, "não é só uma voltinha".

A distância dos dois países mais atingidos pela pandemia para os demais é grande. Segundo os registros mais recentes, o Brasil tem média de 3,1 mil novos casos, os EUA 28,3 mil, e a Índia, em terceiro lugar, 13,8 mil.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o panorama do Brasil, que ultrapassou 1 milhão de casos no total e tem mais de 50 mil mortos, pode ser ainda pior.

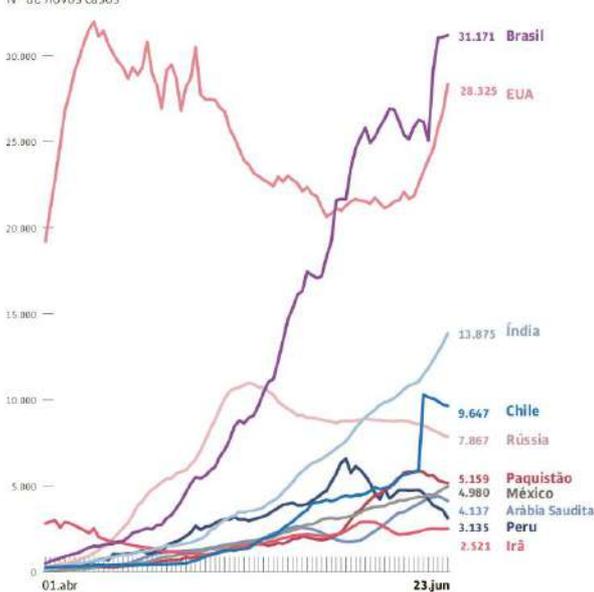
"Em termos de casos novos, os EUA rapidamente vão voltar a ultrapassar o Brasil, [uma vez que] lá a população é maior", disse o diretor executivo da OMS, Michael Ryan.

De acordo com Lotufo, um dos grandes equívocos está em se considerar a estabilidade como vitória, já que é necessária queda no número de novos casos para que se possa afrouxar a quarentena.

Ele dá o exemplo de São Paulo. O estado registrou pela primeira vez um decréscimo no número de novos casos semanais em meio à reabertura econômica, iniciada em 11 de junho pelo governador João Dória (PSDB). Mas a diferença foi apenas de três registros. Nesta terça (23), por outro lado, voltou a anunciar um recorde de mortes.

Desde 31 de maio, Brasil lidera em novos casos de Covid-19

Nº de novos casos*



*Gráfico considera média relativa de sete dias. Fonte: Agência da União Europeia para Controle e Prevenção de Doenças

No país, OMS vê taxa de positivos como epidemia subestimada

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS A porcentagem de testes de coronavírus que dão resultado positivo no Brasil, de 31%, indica que o número real de pessoas contaminadas no país pode estar subestimado, afirmou o diretor executivo da OMS, Michael Ryan.

Segundo ele, o Brasil ainda testa parcela muito pequena da população. "Nos países que aplicam grande número de testes, a porcentagem de positivos fica perto de 5%", disse.

Cálculos do Imperial College baseados no número de mortos declarados na última semana também aponta subnotificação de casos no país. Segundo o centro de pesquisa, o Brasil registra 34% dos casos, ou seja, o número de infectados pode ser o triplo do informado.

O Imperial College parte da premissa de que a taxa de mortalidade por caso do vírus é 1,38% —para cada morte relatada havia 72,5 pessoas infectadas. Ryan disse que os números de junho mostram que a epidemia se estabilizou no Brasil, mas o crescimento nos últimos dias requer cuidado.

Tudo bem com você?

Em poucas situações ficamos tão sem palavras para motivar alguém

Jairo Marques

Jornalista, especialista em jornalismo social pela PUCSP. É cadavreante desde a infância.

— Seu Jairo, tem uma entrega de comida aqui na portaria para o senhor.
— Mas eu não pedi nada, não, Ana!, respondi ao interfone à funcionária do prédio.
— Ah, o rapaz da moto tá dizendo que mandaram para o senhor mesmo.
— Não sabia, mas está na moda enviar para quarentenados surpresas culinárias, docinhos, drinques e outras pequenas delícias com potencial de dar assunto diferente ao dia, para quebrar a pasmaceira de ficar o tempo todo

enfado dentro de casa. Mais do que isso, penso que essas entregas inesperadas são maneiras atuais de perguntar com carinho — e sem o embaraço de receber uma resposta muito pensosa, atravessada — “Tudo bem com você?”. O clima generalizado é de enfado com a rotina enclausurada, de angústia com perdas de pessoas próximas ou que ficaram próximas com relatos nas redes sociais, nos jornais, essa rotina de incertezas com o futuro que grita por atenção. Estamos em uma espécie de

transe emocional coletivo que pouca força tem restado para lançar mão das sempre valiosas frases de efeito “Deus é mais!”, “Tenha fé” ou “Até uva passa, quando alguém nos aciona com uma resposta inescapável do tipo “tô sofrendo demais com tudo isso. Você me ajuda?”. Em poucos momentos recentes acionamos tanto os amigos e parentes para perguntar se “está tudo bem?”, se estão se protegendo direito, se estão batendo panela. Igualmente, em poucas situações, ficamos tão sem palavras

e ações para motivar alguém para a chegada de dias melhores, afinal, nosso pajé não tem fé, nosso curandeiro não entende nada de ervas e nosso cacique resolveu se trancar na própria oca e proteger apenas seus curumins. Não há dúvida de que a falta total de lideranças que nos guiam para uma saída menos pesada desses dias de constatação constante faz com que tenhamos mais necessidade ainda de saber a respeito da saúde dos outros e menos preparo para enfrentar pedidos de

socorro, mesmo que seja por um afago, uma generosidade. As discrepâncias de como se enfrenta a pandemia são óbvias no Brasil, diante de suas desigualdades assustadoras, mas há um certo fio condutor em nosso enfado, em nossa sensação de desânimo, em nossas rusgas com quem pensa diferente. Ele me parece óbvio, ele é nossa aldeia des governada. Mas sermos brasileiros também nos credencia para viabilizar saídas na escuridão. Mandamos tortas delicadas pelo motoboy para a casa dos nossos amigos, compartilhamos piadas, mandamos fotografias com os cabelos sem corte. Estamos, talvez, mais calados, mais arredios, mas já não seremos totalmente omissos. Fiquei encantado com um vídeo infantil do Mundo Bitá, que começou a circular há um mês. Para fazer algo diferente, o criador da animação,

Chaps Melo, chamou uma orquestra sinfônica para reger a Fazendainha, um de seus clássicos entre os pequenos. Com cada músico tocando dentro da própria casa, a canção foi ganhando felicidade, força e dando aconchego em adultos e meninos. “Lá na Fazendainha é manhã. Deixa de manhã e vem para cá, que o sol raiou e é hora de acordar”. Fecho esse delírio frisando que precisamos ser firmes e continuar oferecendo o “tudo bem com você” a todos os que cruzarmos e quisermos bem. Deixar de se importar minimamente com os outros pode ser o nosso derradeiro adeus à esperança de que os dias venham a ser melhores, de que amanhã venhamos a perguntar com o péto tranquilo: “Tudo bem com você?”, para em seguida acrescentar. Se não estiver, saiba de antemão que estou aqui para ajudar.”

| DOM. Antonio Prata | SEG. Tabata Amaral, Thiago Amparo | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUINT. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Pandemia apaga São João e esvazia Nordeste

Festejos são fonte importante de receita para cidades como Caruaru (PE), Cruz das Almas (BA) e Campina Grande (PB)

João Valadares e João Pedro Pitombo

CARUARU (CE) ESALVADOR O artesão Sebastião Luiz da Silva, 78, morador de Caruaru, no interior de Pernambuco, afirma que não reconhece sua cidade. Nunca viveu um mês de junho assim. “Este não é o meu planeta”, resume a ausência, pela primeira vez na história, da maior celebração do interior nordestino: o São João. A pandemia apagou o que foi preparado durante o ano inteiro e ignorou o calendário junino, mais tradicional em cidades como Caruaru (PE), Campina Grande (PB), Mossoró (RN), Cruz das Almas, Amargosa e Senhor do Bonfim (BA). Morador do Alto do Moura, um pedaço pequeno de Caruaru que recebe uma multidão no São João durante 30 dias, Sebastião personifica o sentimento de milhares de nordestinos. Sente falta de tudo. Do milho assado, da fogueira na frente de casa, do forró esticado até o dia amanhecer, das quadrilhas, dos tiros ensurdecedores dos bamacarteiros e do movimento intenso de visitantes que vai de maio até o início de julho. Reclama até de não sentir a ansiedade da espera. “Quando chega maio, tudo já vai se transformando por aqui. É uma fartura, muita gente na rua. A chuva começa, e o milho vem. Esperar chegar o dia do São João é muito bom”, afirma. Perto da casa dele, uma máscara de pano cobre o rosto da estátua do mestre Vitalino (1909-1963), o mais famoso artesão de bonecos de barro de Caruaru. É o sinal de que está tudo pelo avesso. Não há qualquer decoração alusiva ao São João. Bares e restaurantes permanecem fechados. “No vazio do principal pátio de eventos de Caruaru, um Luiz Gonzaga gigante em pedra se impõe na paisagem com uma proteção no rosto. No local, onde uma multidão se espregueira durante esta época do ano para acompanhar shows, resto de frutas, pessoas passeando com cachorros e crianças andando de bicicleta. “Eu já chorei muito. Choro quando lembro que não teremos essa festa. A gente respira o São João”, diz Lucineia Ferreira, responsável pela Molecadilha, a mais antiga quadrilha de São João de Caruaru. “Já estava quase tudo preparado. Começamos a ensaiar em agosto”



Estátua do mestre Vitalino, em referência à pandemia, em Caruaru, um dos polos de São João no Nordeste. Leo Caldas/VolhaPress

ções artísticas durante um mês inteiro do ciclo junino, 3 milhões de pessoas eram aguardadas neste ano. A cidade deixou de movimentar R\$200 milhões na economia. “O calendário de Caruaru é dividido em dois períodos: antes do São João e depois do São João. É o momento em que a gente se enxerga protagonista durante dois meses”, lamenta a prefeita da cidade, Raquel Lyra (PSDB). A prefeita decidiu não bancar lives de artistas, mas utilizou as apresentações virtuais para fazer o chamado São João Solidário. As lives vão servir para arrecadar alimentos para quem ficou sem trabalhar na festa, em especial os artistas populares.

“Eu já chorei muito. Choro quando lembro que não teremos essa festa. A gente respira o São João”, diz Lucineia Ferreira, responsável pela Molecadilha, a mais antiga quadrilha de São João de Caruaru. “Já estava quase tudo preparado. Começamos a ensaiar em agosto”

Lucineia Ferreira responsável pela Molecadilha, a mais antiga quadrilha de São João de Caruaru

A cidade já tinha captado com a iniciativa privada R\$7 milhões. O dinheiro será utilizado na festa do próximo ano. “Vivemos um sentimento de profunda tristeza. A gente se pega ouvindo uma música e chorando. Não é simples”, lamenta a prefeita. Os hotéis e as pousadas da cidade estão vazios ou com a taxa de ocupação mínima. Do dono de um dos principais hotéis de Caruaru, o empresário Fábio Couto teve que demitir 17 funcionários. Após um período fechado, retomou as atividades há dez dias, mas a ocupação não passa de 10%. Na Bahia, o governador Rui Costa (PT) emitiu um decreto cancelando os festejos juninos em todos os municípios baianos devido à pandemia e antecipou o feriado estadual do dia 24 de junho para o mês de abril. O estado tradicionalmente tem festas de Santo Antônio, São João e São Pedro espalhadas por todo o território. As maiores aconteceram nas cidades de Cruz das Almas, Amargosa e Senhor do Bonfim. Em Cruz das Almas, cidade de 63 mil habitantes do recôncavo baiano, a prefeitura optou por cancelar o São João e não ter nenhuma programação festiva durante o mês de junho neste ano. Não haverá shows, apresentações de quadrilha, bumba-meu-boi, nem tradições como pau-de-fita e o casamento na roça.

“Estamos todos muito tristes, mas tristeza maior é esta pandemia. Entendemos que não havia clima para celebrar nada quando estão morrendo 1.200 pessoas por dia no país”, afirma o prefeito Orlando Peixoto (PT). A cidade chega a ter até 100 mil pessoas por dia nas ruas durante cinco dias de festa do São João, incluindo entre 30 mil a 40 mil turistas que circulam pela cidade e movimentam a economia. Muitos deles vêm em grupos e hospedam-se em pousadas e alugam casas na cidade. A prefeitura estima que a festa movimentou cerca de R\$30 milhões na economia da cidade, incluindo hotéis, bares, restaurantes, quitutes, fabricantes de flocor e de fogos de artifício. Sem a festa, a prefeitura orientou a população a evitar acender fogueiras, soltar fogos de artifício e receber parentes de fora da cidade. Também vai intensificar a fiscalização nas entradas da cidade, com um reforço nas barreiras sanitárias que já estão em atuação. Além do setor de turismo, o comércio deve sofrer um baque com o cancelamento dos festejos juninos. Na Bahia, o São João é considerada a segunda principal data de vendas, superando até o Dia das Mães. De acordo com cálculos da Fecomércio Bahia, o cancelamento dos festejos deve provocar uma queda nas

boas parte já estava com a montagem iniciada. “Imagine você cancelar uma festa que está no DNA de toda a população e da cidade. O sentimento é de profundo vazio”, afirmou o prefeito Romero Rodrigues (PSD). A expectativa era que 2 milhões de pessoas passassem pela cidade durante o ciclo de celebração. Além do impacto cultural, a não realização da festa tem uma repercussão negativa grande em toda a cadeia produtiva da festa. A receita de ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) neste ciclo junino supera a do mês de dezembro. A festa emprega diretamente mais de 5,000 pessoas. O impacto financeiro calculado é de R\$200 milhões. Uma série de lives com artistas famosos, como Elba Ramalho, foi programada. O prefeito de Campina Grande ainda espera realizar o São João entre os dias 9 de outubro e 8 de novembro, mas não consegue assegurar isso neste momento: “Não sabemos ainda se, daqui para lá, vai ocorrer uma trégua”. Em Caruaru, as pessoas já se conformaram com a situação. “Não funciona em outra data. Em 2021, vamos fazer a maior festa da história. Valsar um São João dobrado”, afirmou Lucineia, que pretende retomar os ensaios de sua quadrilha junina assim que a pandemia for controlada. **Leia mais sobre as festas de São João em Mercado, na pág. A18**

SEU AMOR CURTE UM JAPA?

ROOM SERVICE | CAFÉ DA MANHÃ | ESTACIONAMENTO | SEGURANÇA | CLEEN

ZUR

2 RESTAURANTES
CAFETERIA
BAR

ESTÚDIO
DIÁRIA **129,00**

98880-6303
(11) 3346-7799

FACEBOOK.COM/EZHOTEIS

EZHOTEIS

WWW.EZHOTEIS.COM.BR

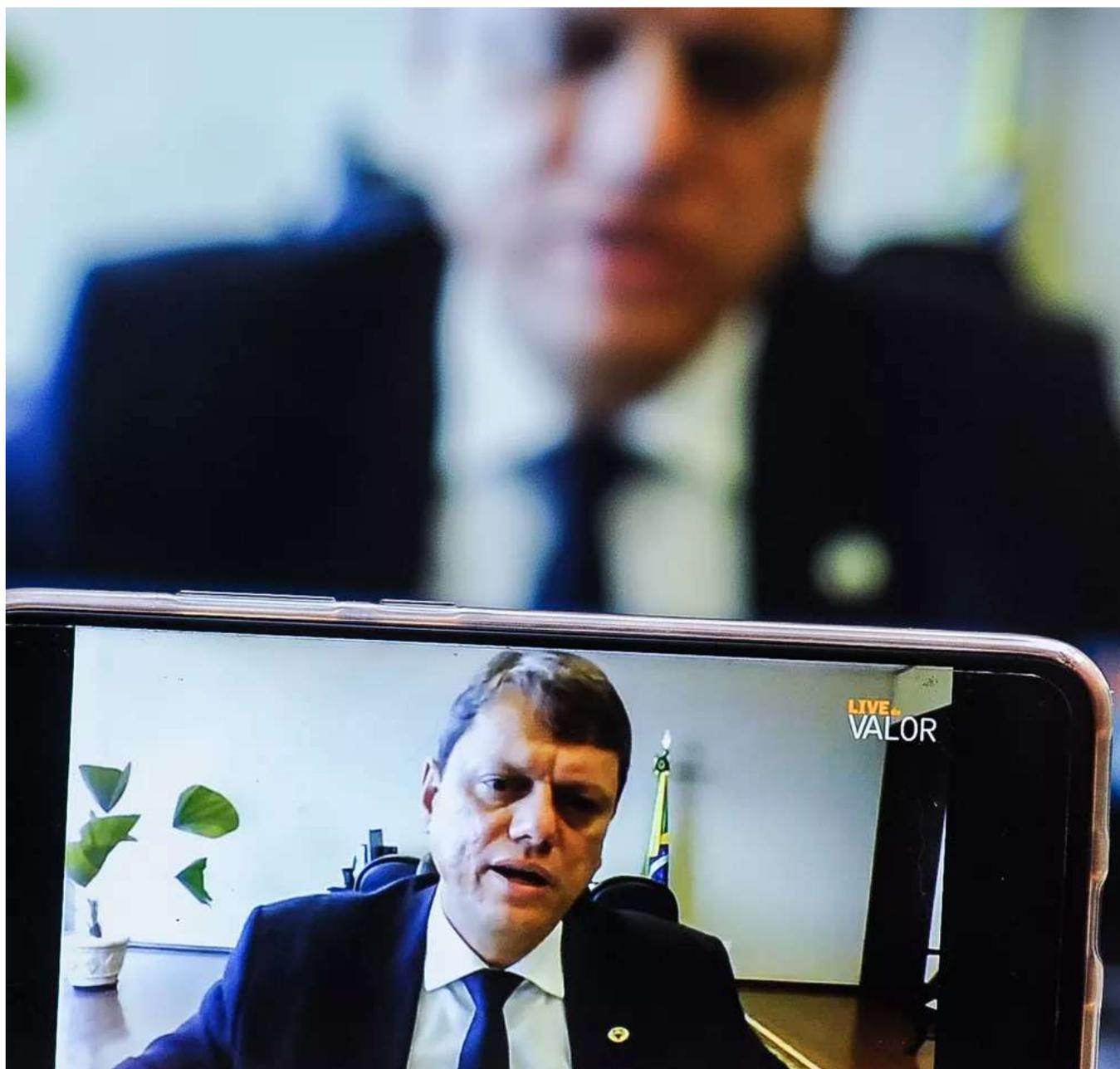
AV. ARMANDO FERRENTINI, 650 - ACLIMAÇÃO - SÃO PAULO - SP. AV. PAULISTA

Renovação de ferrovias da Vale deve financiar conclusão de mais obras

Transnordestina e trecho da Fiol na Bahia vão receber verba, segundo Freitas

Por Daniel Rittner — De Brasília

24/06/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas





Tarcísio: valor de outorga a ser pago à União pode permitir compra de trilhos — Foto: Valor

O governo pretende usar a renovação antecipada das duas concessões de ferrovias da Vale para viabilizar a conclusão de outros dois projetos no setor: a Nova Transnordestina e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). O plano foi exposto pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, em live transmitida ontem pelo **Valor**.

A prorrogação dos contratos das duas ferrovias operadas pela mineradora - a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) - já foi submetida a audiência pública e teve suas propostas encaminhadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), que ainda não terminou sua análise.

Usando um mecanismo de investimentos cruzados que é permitido por lei sancionada em 2017 e regulamentada por decreto presidencial em 2019, o governo já havia anunciado a exigência, como contrapartida às extensões contratuais por 30 anos, a construção de duas ferrovias pela Vale: um trecho da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, de Água Boa (MT) a Mara Rosa (GO), e uma nova linha entre Cariacica e Anchieta (ES).

PUBLICIDADE

Audi Pass Plus

Audi Q3

Viva agora o sonho de um novo Audi com ainda mais tranquilidade.

Condição especial

Entrada + 23x de
R\$ 2.890,00
+ parcela final

- 90 dias de garantia
- 1 ano de seguro exclusivo Audi
- 2 revisões programadas

No trânsito, dê sentido à vida.

Audi - Sponsored

Audi Q3 - Audi Pass

Viva agora o sonho de um novo Audi com ainda mais tranquilidade.

[Saiba mais](#)

A novidade é que, segundo Freitas, mesmo com esses dois empreendimentos (posteriormente eles serão leiloados a algum operador), ainda sobrar um valor de outorga devido pela Vale como contrapartida à renovação antecipada. Esse dinheiro deverá ser pago à União. Ele revelou que pretende usar a sobra de recursos na compra de trilhos para a obra inacabada da Transnordestina, que foi retomada recentemente, e no trecho 2 da Fiol, entre Caetité e Barreiras (BA).

“Ainda vai sobrar uma outorga livre. Temos que fechar o valor com o TCU, mas dará um impulso nessas duas obras”, afirmou o ministro. Ele manifestou confiança na liberação pelo TCU ainda no segundo semestre deste ano. “Se comprarmos os trilhos e colocarmos rapidamente nos canteiros, damos um boom [nos dois projetos]”, completou.

O trecho 2 da Fiol, por exemplo, já tem parte da infraestrutura pronta, incluindo a maior ponte ferroviária da América Latina, sobre o rio São Francisco, na Bahia. Esse trecho está no Pró-Brasil, em elaboração pelo governo federal, e será tocado com recursos da estatal Valec. Usando a outorga da Vale nos trilhos, ele quer ganhar em agilidade na compra do material e na execução. “Isso pode acontecer também com a Transnordestina”.

No mês passado, após anos de discussões, foi renovada a primeira concessão de ferrovia: a Malha Paulista, controlada pela Rumo, cujo contrato vai valer até 2058. O primeiro plano de prorrogação antecipada foi divulgado em 2015. Segundo Freitas, serão R\$ 6 bilhões em investimentos nos próximos cinco anos, elevando inicialmente a capacidade de transporte da Malha Paulista de 35 milhões para 75 milhões de toneladas por ano.

No caso da Vale, será testado pela primeira vez o mecanismo de investimento cruzado, já que a ferrovia da Rumo previa desembolsos em sua própria malha. Para Freitas, a prorrogação de concessões é “extremamente vantajosa”, e os investimentos cruzados constituem um sistema “ousado e criativo”.

Ele também projeta para este ano, ainda, o leilão de concessão do trecho 1 da Fiol, entre Ilhéus e Caetité (BA). Quase toda a extensão já teve obras executadas pela Valec, mas ainda faltam alguns pontos, bem como material rodante (locomotivas e vagões), sistemas de comunicação e sinalização. O ministro disse ter consultado o

mercado sobre um eventual interesse na concessão. “O investidor tem interesse e quer entrar”, afirmou, acrescentando que o preço do minério de ferro - principal produto a ser transportado - não foi tão afetado pela pandemia.

Na área de infraestrutura rodoviária, o ministro reiterou a disposição do governo em incluir novos investimentos em concessões já existentes, como a Fernão Dias (São Paulo-Belo Horizonte) e a Transbrasiliana (interior de São Paulo).

Essas rodovias, leiloadas no governo Lula e conhecidas como segunda etapa de concessões, têm tarifas de pedágio relativamente baixas e comportam investimentos em obras que não constam da lista inicial de obrigações. São, por exemplo, duplicações de trechos e criação de novas faixas ou vias marginais.

O plano de repactuar os contratos originais, acrescentando obras mediante algum tipo de compensação às concessionárias, já existia. Só que estava em banho-maria e ganhou outra dimensão com a necessidade de dar fôlego renovado à economia no pós-pandemia. “Qualquer chance de investimento que nós tivermos, deveremos analisar com cuidado. Faz parte da estratégia de investimento para a retomada. Ver o que faz sentido, o que gera valor, e buscar a viabilização dos projetos.”

Segundo ele, não é necessário criar força-tarefa excepcional para fazer os reequilíbrios econômico-financeiros decorrentes da queda abrupta de demanda nas rodovias com a pandemia. O ministro lembra que a Advocacia-Geral da União já reconheceu que se trata de evento de caso fortuito ou força maior. “Chegamos a um vale [de demanda] no fim de abril, início de maio, e depois ela começou a se recuperar, até que rapidamente. Obviamente vamos quantificar isso e fazer um encontro de contas. Também vamos botar na mesa os inadimplementos”, ponderou.

Ele se refere aos descumprimentos contratuais de diversas concessionárias, que não executaram obras como duplicações nos prazos estabelecidos nos contratos. “Não há que se falar em reequilíbrio, com aumento de tarifa, desconsiderado o que houve em inadimplemento lá atrás.” **(Colaborou Marta Watanabe, de São Paulo)**

'Desmatamento é trava para mais negócios e mais investimentos'

Brasil precisa reduzir desmate de modo rápido, drástico e sustentável, diz embaixador alemão

Por Daniela Chiaretti — De São Paulo

24/06/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas



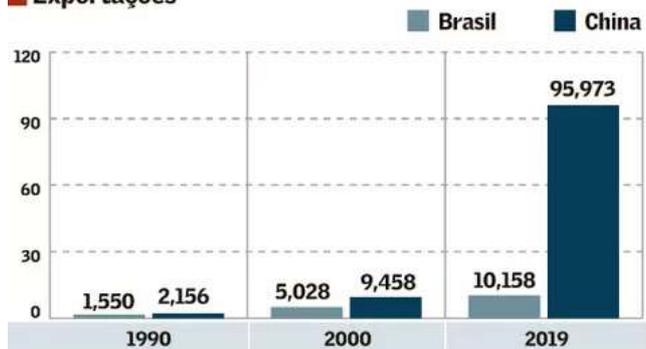
Se o Brasil quiser ter um ambiente de negócios favorável a investimentos estrangeiros, terá que reduzir o desmatamento da Amazônia e levar a sério a crise climática. Se o Brasil quiser que o acordo União Europeia-Mercosul avance e não seja barrado nos parlamentos europeus, terá que reduzir o desmatamento. Se o Brasil quiser parceiras socioambientais, terá que reduzir o desmatamento.

O argumento, repetido quase como um mantra, é do embaixador alemão Georg Witschel, que está de saída do posto que ocupa há quatro anos e retorna a Berlim nos próximos dias.

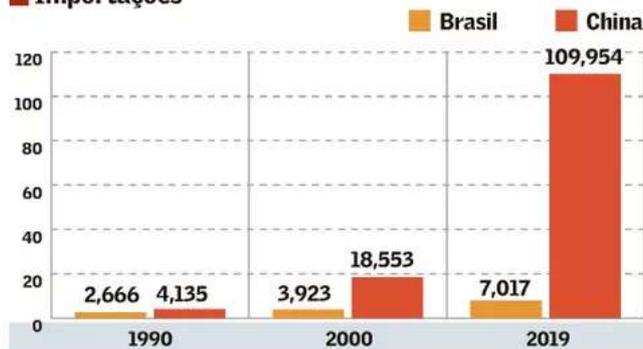
O Brasil perde e a China ganha

Exportações e importações da Alemanha (em € bilhões)

■ Exportações

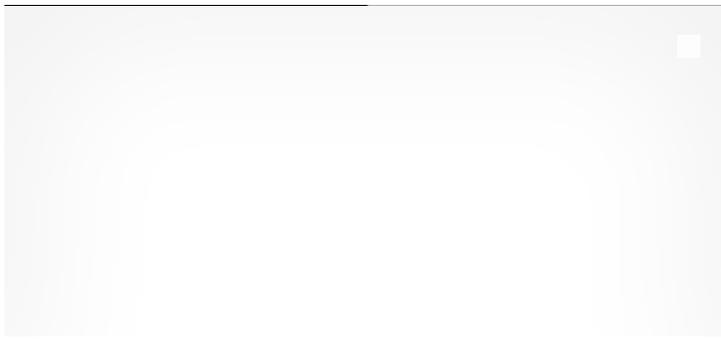


■ Importações



Fonte: Statistisches Bundesamt (Destatis)

“O meu apelo ao Brasil é reduzir o desmatamento de maneira rápida, drástica, sustentável e de longo prazo e fortalecer o reflorestamento”, diz Witschel ao **Valor**, por telefone, em sua última entrevista no Brasil.



Há pouco dias, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) fechou os dados definitivos do desmatamento na Amazônia entre agosto de 2018 e julho de 2019. Foram 10,1 mil km² de floresta ao chão, um aumento de 34,4% em relação ao período anterior, a maior área desmatada desde 2008. Em 2020, o desmatamento continua em alta e a temporada de incêndios na Amazônia sequer começou.

O Fundo Amazônia, o mais estruturado mecanismo global de compensação pelos esforços de contenção ao desmatamento e de apoio a projetos na região, foi desmantelado, sem justificativa aos doadores -a Noruega é o maior doador, e em menor parte, a Alemanha-, pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Agora, o vice-presidente Hamilton Mourão, que coordena o Conselho Nacional da Amazônia Legal, procura reparar constrangimento e danos, e retoma a conversa com os países doadores. “Estamos negociando, não posso comentar”, diz o embaixador alemão. É evidente, contudo, que o Brasil terá que mostrar bom desempenho na contenção ao desmatamento antes que os antigos parceiros se animem a colocar recursos de seus contribuintes na iniciativa.

É a mesma lógica do acordo comercial União Europeia-Mercosul, que levou 20 anos de negociação e foi fechado há um ano. “O nosso governo quer a ratificação rápida do acordo UE-Mercosul, porque é um ganha-ganha para os dois blocos, sobretudo neste período de desafio para o mercado livre, em que alguns líderes tentam quebrar laços internacionais a fim de fortalecer a indústria nacional, um nacionalismo econômico que não vai funcionar”, diz Witschel.

“O acordo UE-Mercosul representa também um sinal importante ao mundo de que vamos continuar as nossas parcerias, seguir com a cooperação econômica, respeitar os nossos laços econômicos e não cortar”, continua.

Witschel lembra, contudo, que para a ratificação do acordo é preciso obter votos favoráveis dos Parlamentos de todos os países da União Europeia. Em 2019, o parlamento austríaco aprovou uma moção para que o bloco rejeite o acordo, temendo mais desmatamento na Amazônia. Este mês foi a vez do parlamento holandês fazer o mesmo, sinalizando a forte resistência que o tratado terá na Europa.

Na Alemanha, o cenário não é positivo. “A situação se complica a cada quilômetro quadrado de desmatamento a mais, com cada queimada a mais. Temos um desafio maior de conseguir maioria no parlamento alemão”, reconhece.

Dois partidos alemães de oposição ao governo de Angela Merkel, A Esquerda (Die Linke) e Os Verdes (Die Grünen) já se manifestaram contra o acordo. “Os dois são da oposição, não têm maioria, porém vejo um risco. Parlamentares dos partidos que formam a nossa coalizão também têm manifestado dúvidas”.

Witschel comentou o artigo do jornal de finanças alemão “Handelsblatt” que há duas semanas produziu um material especial sobre o Brasil dizendo que a economia do país está em rumo de entrar em colapso e empresas alemãs começam a sair do país. “A imprensa é livre e não é papel do governo alemão convencer uma empresa a investir no Brasil ou em outro país. Só posso dizer que é extremamente importante estabelecer um ambiente positivo para os investimentos.”

O embaixador reforça que esse ambiente tem vários elementos. “Um é a economia, os impostos. O segundo é a segurança jurídica. O terceiro é ter uma política tranquila e estável, que dá ao investidor o sentimento de que esse país tem um governo razoável”, ilustra. “Mas são as empresas que fazem as decisões. Se sentem que perdem confiança em um país X e ganham confiança em um país Y, o papel do Estado é limitado”, reconhece.

“É responsabilidade do governo do país X reestabelecer e manter um quadro de ambiente favorável ao investimento em todos estes aspectos, incluindo o meio ambiente. Porque muitos fundos internacionais e também empresas têm interesse em explicar aos investidores e seus acionistas o que fazem fora da Alemanha, se seus passos estão alinhados na luta contra a crise climática”, diz o embaixador.

Ele comenta, por exemplo, a taxa de ajuste de fronteira que leva em conta a emissão de carbono e que existe no Green Deal, o ambicioso plano verde feito pela Comissão Europeia e que o bloco debate intensamente. “Conheço a ideia que está no projeto, mas não tenho detalhes. Não está claro quais os vetores nos quais incidirá esta cláusula, quando deve ser erguida, se haverá alguma alíquota”, diz.

“Mas posso explicar a filosofia: se a Europa for o primeiro continente a alcançar o carbono neutro será necessário garantir regras justas na relação com os outros. Se outras áreas do mundo produzirem de maneira perigosa para o meio ambiente, com alta emissão de gases-estufa e por isso conseguirem uma produção mais barata, neste caso será necessário ter uma cláusula de fronteira. Mas não temos detalhes e o governo alemão não tem ainda uma posição oficial.”

Angela Merkel anunciou recentemente um ambicioso pacote de estímulo à economia para os próximos anos e décadas, onde o meio ambiente e a crise climática ocupam papel central nos investimentos futuros. Não haverá recursos públicos para carros movidos a gasolina ou diesel, apenas para carros elétricos e híbridos. Nove bilhões de euros serão investidos em tecnologia de hidrogênio, para descarbonizar a indústria de base alemã - química, siderúrgica e de cimento, por exemplo.

A maior economia da zona do euro sinaliza claramente que quer liderar a nova economia, de baixa emissão de carbono, e que este é o futuro no pós-pandemia.

A outra tendência clara do governo alemão é a forte cooperação que se estabelece com a China, enquanto a América Latina, e o Brasil, perdem atração. O volume de negócios entre Alemanha e Brasil e Alemanha e China indicam claramente as perdas brasileiras na relação comercial. “Nosso investimento não diminuiu, porém o investimento na China aumentou muito. Há várias razões para isso. Não é somente a relação Europa-América Latina, mas o aspecto mundial. A Ásia é hoje um ator muito mais poderoso na economia mundial.”

“Temos uma relação Brasil e Alemanha muito forte, de cooperação com todos os Estados e também com o governo Bolsonaro. Temos um nível de confiança e vamos trabalhar com isso”, segue o embaixador. “Mas, mais uma vez eu apelo: reduzam o desmatamento porque isso é uma trava para mais investimentos e mais

'Desmatamento é trava para mais negócios e mais investimentos'

Brasil precisa reduzir desmate de modo rápido, drástico e sustentável, diz embaixador alemão

Por Daniela Chiaretti — De São Paulo

24/06/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas



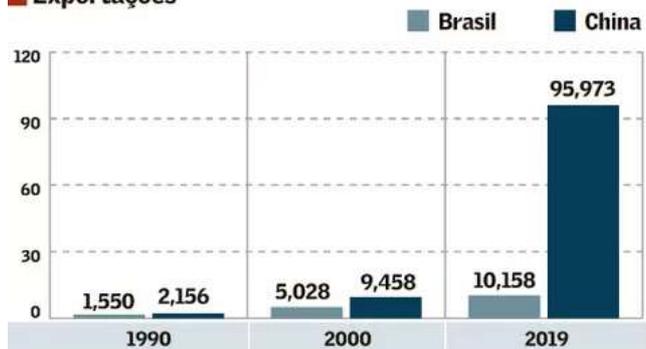
Se o Brasil quiser ter um ambiente de negócios favorável a investimentos estrangeiros, terá que reduzir o desmatamento da Amazônia e levar a sério a crise climática. Se o Brasil quiser que o acordo União Europeia-Mercosul avance e não seja barrado nos parlamentos europeus, terá que reduzir o desmatamento. Se o Brasil quiser parceiras socioambientais, terá que reduzir o desmatamento.

O argumento, repetido quase como um mantra, é do embaixador alemão Georg Witschel, que está de saída do posto que ocupa há quatro anos e retorna a Berlim nos próximos dias.

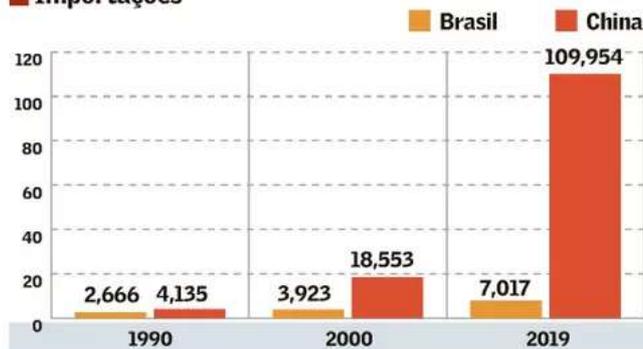
O Brasil perde e a China ganha

Exportações e importações da Alemanha (em € bilhões)

Exportações

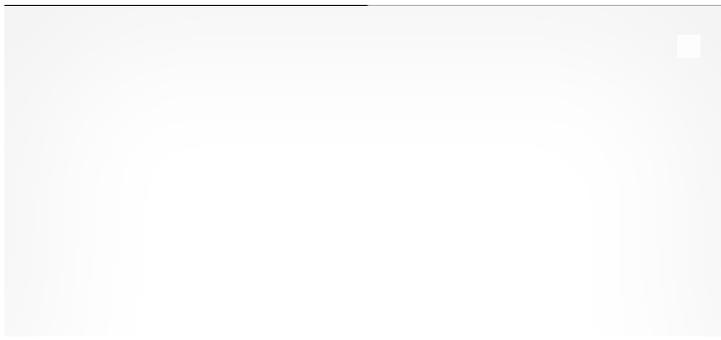


Importações



Fonte: Statistisches Bundesamt (Destatis)

“O meu apelo ao Brasil é reduzir o desmatamento de maneira rápida, drástica, sustentável e de longo prazo e fortalecer o reflorestamento”, diz Witschel ao **Valor**, por telefone, em sua última entrevista no Brasil.



Há pouco dias, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) fechou os dados definitivos do desmatamento na Amazônia entre agosto de 2018 e julho de 2019. Foram 10,1 mil km² de floresta ao chão, um aumento de 34,4% em relação ao período anterior, a maior área desmatada desde 2008. Em 2020, o desmatamento continua em alta e a temporada de incêndios na Amazônia sequer começou.

O Fundo Amazônia, o mais estruturado mecanismo global de compensação pelos esforços de contenção ao desmatamento e de apoio a projetos na região, foi desmantelado, sem justificativa aos doadores -a Noruega é o maior doador, e em menor parte, a Alemanha-, pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Agora, o vice-presidente Hamilton Mourão, que coordena o Conselho Nacional da Amazônia Legal, procura reparar constrangimento e danos, e retoma a conversa com os países doadores. “Estamos negociando, não posso comentar”, diz o embaixador alemão. É evidente, contudo, que o Brasil terá que mostrar bom desempenho na contenção ao desmatamento antes que os antigos parceiros se animem a colocar recursos de seus contribuintes na iniciativa.

É a mesma lógica do acordo comercial União Europeia-Mercosul, que levou 20 anos de negociação e foi fechado há um ano. “O nosso governo quer a ratificação rápida do acordo UE-Mercosul, porque é um ganha-ganha para os dois blocos, sobretudo neste período de desafio para o mercado livre, em que alguns líderes tentam quebrar laços internacionais a fim de fortalecer a indústria nacional, um nacionalismo econômico que não vai funcionar”, diz Witschel.

“O acordo UE-Mercosul representa também um sinal importante ao mundo de que vamos continuar as nossas parcerias, seguir com a cooperação econômica, respeitar os nossos laços econômicos e não cortar”, continua.

Witschel lembra, contudo, que para a ratificação do acordo é preciso obter votos favoráveis dos Parlamentos de todos os países da União Europeia. Em 2019, o parlamento austríaco aprovou uma moção para que o bloco rejeite o acordo, temendo mais desmatamento na Amazônia. Este mês foi a vez do parlamento holandês fazer o mesmo, sinalizando a forte resistência que o tratado terá na Europa.

Na Alemanha, o cenário não é positivo. “A situação se complica a cada quilômetro quadrado de desmatamento a mais, com cada queimada a mais. Temos um desafio maior de conseguir maioria no parlamento alemão”, reconhece.

Dois partidos alemães de oposição ao governo de Angela Merkel, A Esquerda (Die Linke) e Os Verdes (Die Grünen) já se manifestaram contra o acordo. “Os dois são da oposição, não têm maioria, porém vejo um risco. Parlamentares dos partidos que formam a nossa coalizão também têm manifestado dúvidas”.

Witschel comentou o artigo do jornal de finanças alemão “Handelsblatt” que há duas semanas produziu um material especial sobre o Brasil dizendo que a economia do país está em rumo de entrar em colapso e empresas alemãs começam a sair do país. “A imprensa é livre e não é papel do governo alemão convencer uma empresa a investir no Brasil ou em outro país. Só posso dizer que é extremamente importante estabelecer um ambiente positivo para os investimentos.”

O embaixador reforça que esse ambiente tem vários elementos. “Um é a economia, os impostos. O segundo é a segurança jurídica. O terceiro é ter uma política tranquila e estável, que dá ao investidor o sentimento de que esse país tem um governo razoável”, ilustra. “Mas são as empresas que fazem as decisões. Se sentem que perdem confiança em um país X e ganham confiança em um país Y, o papel do Estado é limitado”, reconhece.

“É responsabilidade do governo do país X reestabelecer e manter um quadro de ambiente favorável ao investimento em todos estes aspectos, incluindo o meio ambiente. Porque muitos fundos internacionais e também empresas têm interesse em explicar aos investidores e seus acionistas o que fazem fora da Alemanha, se seus passos estão alinhados na luta contra a crise climática”, diz o embaixador.

Ele comenta, por exemplo, a taxa de ajuste de fronteira que leva em conta a emissão de carbono e que existe no Green Deal, o ambicioso plano verde feito pela Comissão Europeia e que o bloco debate intensamente. “Conheço a ideia que está no projeto, mas não tenho detalhes. Não está claro quais os vetores nos quais incidirá esta cláusula, quando deve ser erguida, se haverá alguma alíquota”, diz.

“Mas posso explicar a filosofia: se a Europa for o primeiro continente a alcançar o carbono neutro será necessário garantir regras justas na relação com os outros. Se outras áreas do mundo produzirem de maneira perigosa para o meio ambiente, com alta emissão de gases-estufa e por isso conseguirem uma produção mais barata, neste caso será necessário ter uma cláusula de fronteira. Mas não temos detalhes e o governo alemão não tem ainda uma posição oficial.”

Angela Merkel anunciou recentemente um ambicioso pacote de estímulo à economia para os próximos anos e décadas, onde o meio ambiente e a crise climática ocupam papel central nos investimentos futuros. Não haverá recursos públicos para carros movidos a gasolina ou diesel, apenas para carros elétricos e híbridos. Nove bilhões de euros serão investidos em tecnologia de hidrogênio, para descarbonizar a indústria de base alemã - química, siderúrgica e de cimento, por exemplo.

A maior economia da zona do euro sinaliza claramente que quer liderar a nova economia, de baixa emissão de carbono, e que este é o futuro no pós-pandemia.

A outra tendência clara do governo alemão é a forte cooperação que se estabelece com a China, enquanto a América Latina, e o Brasil, perdem atração. O volume de negócios entre Alemanha e Brasil e Alemanha e China indicam claramente as perdas brasileiras na relação comercial. “Nosso investimento não diminuiu, porém o investimento na China aumentou muito. Há várias razões para isso. Não é somente a relação Europa-América Latina, mas o aspecto mundial. A Ásia é hoje um ator muito mais poderoso na economia mundial.”

“Temos uma relação Brasil e Alemanha muito forte, de cooperação com todos os Estados e também com o governo Bolsonaro. Temos um nível de confiança e vamos trabalhar com isso”, segue o embaixador. “Mas, mais uma vez eu apelo: reduzam o desmatamento porque isso é uma trava para mais investimentos e mais

Atuação do BC em títulos terá impacto em 2021

Compra e venda de papéis privados pela autoridade monetária terá 'vazamento fiscal' em 2021

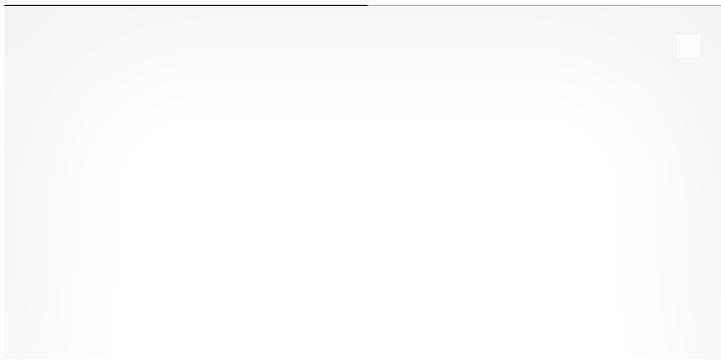
Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

24/06/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

A compra e venda de títulos privados pelo Banco Central, detalhadas ontem pela instituição, resultarão em “vazamento” fiscal das medidas de combate à pandemia deste para o próximo ano, segundo avaliação feita por técnicos ouvidos pelo **Valor**.

Isso ocorrerá porque, ao comprar um título privado, o BC terá que computar a operação como despesa, o que aumentará o déficit primário deste ano. Se o BC vender os títulos que comprou somente em 2021, ele irá contabilizar a operação como receita, o que diminuirá o déficit primário do próximo ano.

O resultado primário de 2021 ficará, portanto, “contaminado” pela medida de estímulo econômico adotada pelo governo neste ano. “Vai dar um problemão na série (de déficit primário), se eles comprarem os títulos este ano e só venderem no ano seguinte”, alertou uma fonte.



A rigor, os resultados primários do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) em 2020 e em 2021 serão imprevisíveis, pois tudo dependerá do valor dos títulos que o BC comprará e venderá. Se ele comprasse e vendesse os títulos no mesmo ano, o impacto no resultado primário seria a diferença entre o valor de compra e de venda.

A metodologia de contabilização das operações de compra e venda de títulos privados não é uma inovação brasileira, ou seja, não é uma “jabuticaba”. Ela consta do manual do Fundo Monetário Internacional (FMI), de 1986, para cálculo da necessidade de financiamento do setor público (NFSP), que vem sendo adotado pelo governo brasileiro há muito tempo.

Como o BC vai comprar um ativo privado de risco elevado, o risco será inteiramente da União. Com a compra, ele injetará recursos na economia. Ao mesmo tempo, ele terá que lançar títulos no mercado para enxugar o excesso de liquidez, ou seja, vai fazer uma operação compromissada.

Ao lançar os títulos, o BC aumentará a dívida pública bruta. Aumentará também a dívida líquida, pois, como comprou um ativo de risco elevado a ser assumido pela União, ele não pode contabilizar o ativo como contrapartida à emissão dos títulos.

A contabilidade utilizada para a compra e venda dos títulos privados é a mesma usada para o programa de crédito direcionado à folha de pagamento das empresas (Fopa), outra medida adotada pelo governo de ajuda às empresas e preservação dos empregos na pandemia. Todo o valor do crédito a ser concedido será lançado como despesa primária, pois a União não sabe quanto retornará aos cofres do Tesouro, já que assumiu o risco do crédito.

Maia propõe que governo eleve gastos contra crise

Presidente da Câmara diz que projetos de reformas econômicas não serão suficientes para o país crescer no curto prazo

Por **Raphael Di Cunto** — De Brasília

24/06/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

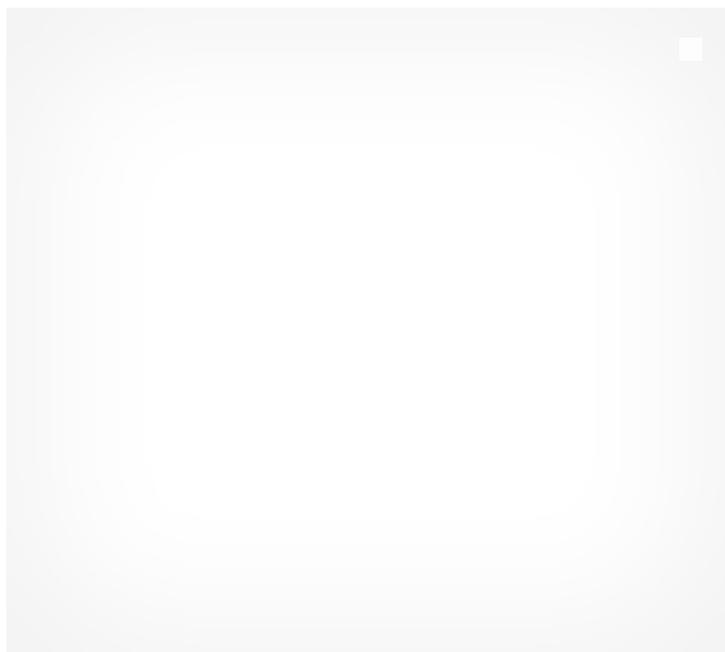
O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que projetos de reformas econômicas não serão suficientes para o país crescer no curto prazo após a pandemia da covid-19 e que o governo federal precisa “alavancar” esse crescimento com programas sociais e investimentos públicos. Para ele, os economistas fiscalistas precisam entender que o aumento do endividamento público está ocorrendo no mundo todo como resposta à crise e que isso não quebrará o país.

Maia disse que defende a manutenção do teto de gastos - que impede o crescimento das despesas acima da inflação -, mas sugeriu que a emenda constitucional do Orçamento de guerra (que permitiu ao governo descumprir regras fiscais durante a pandemia) pode ser “pactuada” para possibilitar essas despesas emergenciais. “Não pode ser pacote de dois ou três anos, é de curto prazo”, disse. Atualmente, o Orçamento de guerra é válido só até 31 de dezembro de 2020.

O parlamentar disse que não está fazendo uma proposta formal e que essa saída precisa ser muito bem pensada entre Congresso e o governo. Além disso, destacou que é sua opinião e que o Executivo pode não concordar e planejar outras alternativas. “Não vejo caminho só pela lei do gás e do saneamento. No curto prazo, esses marcos regulatórios não terão impacto no crescimento”, disse. Ele

afirmou que o teto de gastos precisa ser mantido, “mas o Brasil vai precisar da organização, do comando, da alavancagem do governo federal”.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Com a declaração, Maia contrapõe-se à posição do ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem se reunido com líderes partidários da Câmara para defender uma agenda legislativa para o crescimento econômico. A pauta de Guedes é essencialmente legislativa, o que, na interpretação do presidente da Câmara, tenta jogar a responsabilidade pela crise nas costas do Parlamento, segundo aliados de Maia.

O presidente da Câmara confirmou a votação dos projetos articulados por Guedes nas próximas semanas: o marco legal do saneamento básico (com estímulo as privatizações no setor), a lei do gás (que quebra o quase monopólio no setor). Além disso, citou a reforma da lei de recuperação judicial e, “mais para a frente”, a autonomia do Banco Central. “A privatização da Eletrobras eu sou um pouco mais cético, tem muita resistência no Senado”, afirmou ele ontem. Outra pauta defendida por ele é a reforma tributária, que ele pretende votar em agosto na Câmara.

Os projetos votados pelos deputados já tiveram uma mudança por causa da pandemia e a proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) vai mudar. A relatora, deputada Dorinha Rezende (DEM-TO), apresentará o parecer amanhã com um

Novo pacote de crédito para pequena empresa pode liberar R\$ 212 bi

BC detalhou ainda as regras de compra de títulos privados no mercado secundário, medida que vai impactar resultado primário do governo

Por Estevão Tair e Alex Ribeiro — De Brasília e São Paulo

24/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Campos Neto, do BC: novo impulso para crédito a micro, pequena e média empresa — Foto: Reprodução

O Banco Central anunciou ontem um programa de direcionamento de crédito para as pequenas e médias empresas (PMEs) com potencial de liberar R\$ 212 bilhões. Entre as diversas medidas para fazer o crédito chegar à ponta, a autoridade monetária disse que punirá com corte de remuneração de compulsório os bancos que não direcionarem recursos dos encaixes da poupança para as companhias do segmento.

Em entrevista coletiva, o BC detalhou ainda as regras de compra de títulos privados no mercado secundário. Segundo a autoridade, a medida vai provocar um aumento do déficit primário do setor público. Isso significa que essas operações vão competir por espaço fiscal com todos os gastos orçamentários.

“Sempre que o Banco Central comprar um real de debêntures no mercado secundário, isso vai impactar a dívida líquida e o resultado primário do governo geral”, disse o diretor de política monetária da instituição, Bruno Serra Fernandes. “A contabilidade pública é assim. O BC faz parte do setor público. Então, quando compra um ativo privado, aquilo vira déficit primário. Assim, quando eventualmente vender esse ativo, tem impacto oposto, um superávit.”

Isso significa que, sob o ponto de vista do resultado primário, o gasto que o Banco Central fizer com a compra de títulos privados tem o mesmo peso que, por exemplo, o pagamento do auxílio emergencial ou transferências do Bolsa Família. A diferença é que essas despesas são contabilizadas no Orçamento aprovado pelo Congresso, enquanto que a compra do título privado é uma decisão apenas do Banco Central, usando uma prerrogativa que foi conferida por uma Emenda Constitucional.

Em economias desenvolvidas, compras semelhantes de títulos são consideradas apenas operações monetárias porque, em geral, o banco central é considerado um ente privado. O BC afeta o resultado primário quando têm prejuízo coberto pelo Tesouro. No Brasil, o BC faz parte do setor público consolidado.

O Banco Central baixou ontem uma circular que estabelece as regras para a compra de títulos privados. Entre outros requisitos, há um limite de 7,5% por emissor, o prazo dos papéis não pode ser menor do que 12 meses e deverá haver registro em depositário central autorizado pelo Banco Central.

Questionado sobre como serão feitas eventuais intervenções, Campos Neto disse que, por ora, foi definida apenas regras gerais, mas a efetiva compra de papéis dependerá de decisão da diretoria colegiada. Ele não detalhou se as condições atuais de mercado já exigiriam compras ou se essas intervenções só seriam feitas em período de estresse de mercado.

O Banco Central resolveu ainda fazer um pacote de direcionamento de crédito para as pequenas e médias empresas porque, depois de um bom desempenho em março e abril, o mercado de crédito deu “sinais de arrefecimento” em maio, de acordo com o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Números apresentados por Campos mostram que os novos empréstimos desde a segunda quinzena de março somam R\$ 47,6 bilhões no caso das micro e pequenas e R\$ 61,2 bilhões no caso das médias - em ambas as situações, um patamar muito menor do que os R\$ 274,1 bilhões direcionados às grandes companhias.

“Especialmente o crédito para o segmento de micro, pequenas e médias empresas precisa de novo impulso”, disse o presidente do BC.

Em uma das frentes, a autoridade monetária vai liberar R\$ 55 bilhões em recursos dos compulsórios sobre caderneta de poupança para os bancos emprestarem para as PMEs. O mecanismo vem com uma punição para os bancos que não sacarem para empréstimos pelo menos um terço dos recursos. Na prática, essas instituições vão perder remuneração sobre compulsórios. Os bancos públicos deverão ser mais afetados pela medida, já que a Caixa é especializada na captação de poupança para financiamentos imobiliários e o Banco do Brasil na poupança rural para financiamentos agrícolas.

O diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do BC, João Manoel Pinho de Mello, argumentou que, apesar da ameaça de corte de remuneração de compulsórios, os bancos não estariam obrigados a fazer operações de crédito que não desejam. Ele lembrou que o mecanismo permite que recursos sejam

destinados a aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) de instituições de menor porte.

Uma outra medida prevê que as cooperativas de crédito e outras instituições financeiras de pequeno porte, do chamado segmento S5, terão redução temporária de requerimento de capital, com potencial de liberar R\$ 16,5 bilhões em concessões de crédito.

Além disso, o BC reduziu de 50% para 35% o Fator de Ponderação de Risco (FPR) nas exposições de Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE). A medida vale para os depositantes associados ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e pode liberar até R\$ 12,7 bilhões em empréstimos.

A mudança com maior potencial, entretanto, foi um novo tratamento de crédito tributário por diferenças temporais para canalizar recursos para o capital de giro de micro, pequenas e médias empresas. O Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE) tem potencial de liberar R\$ 127 bilhões, segundo a autoridade monetária.

A medida, elaborada com a ajuda da Receita Federal, funciona como uma “otimização do uso de capital” e será baseada na transferência de capital de um tipo de ativo chamado “ativos decorrentes de diferenças temporárias”.

“O governo aceita melhorar a qualidade desses ativos decorrentes de diferenças temporárias desde que os bancos concedam empréstimos para micro, pequenas e médias empresas”, disse Campos.

Cálculos apresentados pelo presidente do BC mostravam que, nas condições atuais, os R\$ 127 bilhões potenciais do CPGE consomem R\$ 105 bilhões de capital, em provisões para passivos contingentes. “Esses mesmos R\$ 127 bilhões se estivessem aplicados em operações de crédito a micro, pequenas e médias empresas consumiriam R\$ 11 bilhões de capital”, disse.

Os empréstimos do CPGE poderão ser contratados até 31 de dezembro, com prazo mínimo de três anos, além de carência de capital de seis meses. A instituição financeira que conceder o empréstimo ficará com o risco integral.

Perda salarial em negociação com 'cláusula covid' fica próxima de 28%

Nos acordos individuais, houve grandes perdas para trabalhadores

Por Anais Fernandes — De São Paulo

24/06/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

As negociações coletivas extraordinárias para acordar mudanças trabalhistas no âmbito crise da covid-19 registram perdas salariais para os trabalhadores desde março. Mas, nas negociações tradicionais de data-base - aquelas que aconteceriam independentemente da pandemia -, foi possível observar algum ganho real, fruto da baixa inflação. Na maioria dos acordos, porém, é provável que esses ganhos só sejam concretizados quando suspensões de contratos e reduções de jornadas expirarem.

As observações constam do último Boletim Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Essa é a primeira vez que o boletim separa a análise dos dois tipos de negociação. Entre as negociações coletivas "para manutenção de empregos", como chama a Fipe, o reajuste mediano real - descontado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado nos 12 meses referentes - foi de -29% em março, -28% em abril, -27,5% em maio e -27% até 19 de junho. Já as negociações de data-base, calculadas apenas em meses fechados, registraram ligeiro ganho de 0,1% em março, perda de 0,3% em abril e reajuste real de 0,5% em maio. O pequeno ganho de maio foi possível porque o INPC acumulado para o período passou de 3,3% para 2,5%, enquanto as propostas de reajuste nominal se mantiveram em 3%.

“Não é muita coisa, porque a inflação foi muito baixa. Mas a maior parte dos trabalhadores conseguiu levar algo acima da inflação, só cerca de 18% das negociações resultaram em reajustes abaixo do INPC”, diz Hélio Zylberstajn, professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA-SUP) e coordenador do Projeto Salariômetro.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Segundo o professor, surpreendeu a equipe a descoberta de que, ao separar os tipos de negociações, na data-base houve ganhos reais. “Não deixa de ser até um pouco animador. Existe uma quantidade enorme de negociações fazendo redução salarial, mas indica que já estão olhando para frente. A ideia pode ser que nos próximos três meses, haverá redução, mas quando tiver reconstituição salarial, já será com o aumento acordado”, explica o professor, lembrando que maio é data-base para várias categorias.

As projeções do boletim indicam que, até dezembro, o INPC acumulado não deve passar de 3%, o que pode seguir abrindo espaço para reajustes reais ligeiramente positivos, nas negociações corriqueiras, diz Zylberstajn.

Desde março e até 19 de junho, a equipe do Salariômetro identificou 2.397 “instrumentos para a manutenção de empregos”, das negociações extraordinárias, como suspensão de contratos ou redução de jornada. Como existe atraso para os dados entrarem na base do Ministério da Economia, Zylberstajn calcula que hoje

esse número pode estar beirando os 3.000. “ Em uma estimativa conservadora, estaria representando cerca de 500 mil trabalhadores, o que é 5% a mais do que já se negociou individualmente, em torno de 10 milhões de acordos. A Medida Provisória 936 foi criticada por possibilitar o acordo individual, mas ajudou a salvar as negociações coletivas”, diz. O pico de inclusão de cláusulas trabalhistas relacionadas à covid-19 parece ter sido para as negociações coletivas com vigência em abril, que concentram 63% dos registros.

Zylberstajn defende a prorrogação da MP. “Poderíamos ter tanto a prorrogação com o que já está acordado como podem surgir novos acordos. Quem estava com contratos suspenso, por exemplo, pode renovar com redução salarial, as combinações podem ser mais diversas.”

Restrições para demitir o trabalhador em período após a adoção das medidas podem ser entrave para as empresas negociarem novas rodadas, “mas alguma garantia precisa ser dada” diz o professor.

Para Zylberstajn, seria mais eficiente, por exemplo, se o governo federal “pudesse exercer a mesma competência que demonstrou nessa área trabalhista na área do crédito.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça do showroom online Mercedes-Benz

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Aracaju

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

Programas de concessão de Estados somam R\$ 25 bi

Reequilíbrio econômico-financeiro deve ganhar agilidade

Por **Roberto Rockmann** — Para o Valor, de São Paulo

24/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Paulo Resende, da Dom Cabral: expectativa em relação à concorrência — Foto: Divulgação

Rodovias, aeroportos regionais e projetos de mobilidade urbana que têm potencial para representar mais de R\$ 25 bilhões em investimentos poderão ser licitados pelos governadores nos próximos meses. A malha rodoviária estadual sob administração da iniciativa privada poderá crescer nos próximos meses, se depender do esforço dos governadores de manter os programas de concessão.

As equipes de estruturação de projetos de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Tocantins, Piauí continuam trabalhando para levar adiante concessões e PPPs na área de transportes, com destaque para a transferência de rodovias. A pandemia tornou nebulosa a janela de quando as licitações poderão ser realizadas, mas já se trabalha em cláusulas nos contratos que permitam reequilíbrios econômico-financeiros mais ágeis. Outra discussão se refere aos efeitos da pandemia sobre os parâmetros macroeconômicos usados nos estudos.

Em Minas Gerais, avalia-se quais usos o aeroporto da Pampulha pode ter na malha aérea, estuda-se a concessão de sete lotes de rodovias com 3.000 quilômetros de extensão e a modelagem de um rodoanel na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que poderá envolver R\$ 9 bilhões em investimentos. Até o fim do mês, o governo mineiro espera ter em mãos um plano de ação sobre os impactos que a pandemia terá sobre a demanda.

“Um desafio que surge com a pandemia é o impacto sobre a contagem do tráfego nesse momento de queda da demanda. Então precisamos avaliar se é possível avançar com dados secundários, qual tipo de refinamento pode ser feito em dados primários”, diz o secretário de Transportes, Marco Aurelio Barcelos.

No Rio Grande do Sul, dois lotes rodoviários estão em fase mais adiantada para poderem ser colocados em licitação: a ERS 324 e a RSC 287. Somados, eles abrangem pouco mais de 300 quilômetros de rodovias e preveem investimentos superiores a R\$ 3 bilhões. Estão sendo feitos alguns ajustes nos contratos, principalmente em relação ao fluxo de investimentos para equilibrar a injeção de capital no início do empreendimento e criar gatilhos de demanda mais aderentes ao tráfego, diz Bruno Vanuzzi, secretário extraordinário de Parcerias do Rio Grande do Sul.

Por serem lotes com extensão menor do que os que têm sido oferecidos pela União e por Estados como São Paulo, que concederam estradas com mais de mil quilômetros nos últimos dois anos, o governo gaúcho acredita que as duas rodovias poderão atrair o interesse de novos entrantes, principalmente europeus. “A RSC-287 já tem dois pedágios rodando, ela tem atraído a atenção de empresas que querem ingressar no Brasil e olham ativos menores, como alguns europeus”, afirma Vanuzzi.

Estado com a maior malha sob administração privada, São Paulo trabalha em projetos de rodovias, aeroportos regionais e mobilidade urbana. Somados, eles poderão representar mais de R\$ 10 bilhões em investimentos. Em rodovias, o mais avançado projeto é o da concessão de trecho rodoviário do litoral paulista, com investimentos previstos de R\$ 3,1 bilhões. O estudo de risco de demanda está sendo aprofundado. O momento para se colocar a licitação no mercado também está sendo avaliado com a pandemia. “Estamos analisando para ver qual será o melhor momento”, afirma a subsecretária de Parcerias do governo paulista, Tarcila Reis Jordão.

Essas licitações deverão ser realizadas perto de outras conduzidas pelo governo federal, como a da relicitação da via Dutra, cujo contrato de concessão, de 25 anos, expira em fevereiro de 2021. Ao longo de 30 anos, são esperados R\$ 30 bilhões em investimentos e uma tarifa 20% mais baixa que a atual.

Com modelagem feita em parceria entre a Empresa de Planejamento Logística e o Banco Mundial, a concessão trará novidades, como um trecho de 12 quilômetros em que haverá pela primeira vez no Brasil a adoção do sistema de free flow (pedágio com cobrança automática e sem cancela). “É uma licitação sobre um ativo com grande importância para o setor rodoviário brasileiro, há expectativa sobre como será a licitação e se haverá concorrência nela”, diz o coordenador de logística da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça do showroom online Mercedes-Benz

MERCEDES-BENZ

Receita cai 33% em maio e tem pior mês em 15 anos

Crise econômica e ações do governo para adiar pagamento de tributos explicam resultado

Por Fabio Graner e Edna Simão — De Brasília

24/06/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Claudemir Malaquias, da Receita: arrecadação tem 2º mês de queda forte — Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

A crise econômica e as medidas adotadas pelo governo derrubaram a arrecadação administrada pela Receita Federal em mais de R\$ 74 bilhões na soma de abril e maio. A perda nesse bimestre representa quase todo o volume arrecadado no mês de maio, de R\$ 77,4 bilhões - número que inclui a receita com royalties e outras taxas. Não à toa, o desempenho do mês passado foi o pior em 15 anos, com queda de 32,9% ante maio de 2019 já considerando a inflação.

Foi o segundo mês consecutivo de forte queda na arrecadação governamental. Em abril, o recuo foi de quase 30%. O desempenho é consequência dos efeitos da pandemia, que derrubaram a atividade econômica, principalmente de comércio e serviços. Assim, a base de arrecadação diminuiu.

Além disso, as medidas acionadas pelo governo também impactaram diretamente sua capacidade de arrecadação, como é o caso da postergação no pagamento de tributos por dois meses.

Esses fatos foram destacados pelo chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias. "A arrecadação reflete o impacto das variáveis macroeconômicas, redução a zero da alíquota do IOF e diferimento de tributos", disse Malaquias.

No ponto de vista dos indicadores econômicos, o técnico do governo destacou fatores como a redução da produção industrial, vendas de bens e de serviços, assim como a queda da massa salarial, que afetam diretamente o recolhimento de impostos.

Na avaliação do auditor fiscal da Receita, a queda na arrecadação por efeitos da retração econômica foi superior em maio na comparação com abril. O motivo é que a base de incidência dos tributos recolhidos ao governo federal em maio é o mês anterior, quando a crise econômica estava provavelmente no seu pior momento. Em abril, os números refletiam março, que funcionou normalmente em cerca de metade de seus 31 dias.

Malaquias apresentou dados mostrando os fatores não recorrentes que afetaram a arrecadação. Segundo ele, em maio houve R\$ 29,9 bilhões de diferimento de

impostos e R\$ 2,3 bilhões de redução do imposto sobre operações financeiras (IOF) incidente no crédito. Além desses fatores, houve R\$ 6,5 bilhões em compensações de impostos, considerado receita não recorrente, mas cujo volume foi praticamente igual ao de maio do ano passado.

Outros R\$ 4,4 bilhões da queda de arrecadação em maio não estão claramente explicados, mas a hipótese principal é que esse seja praticamente todo reflexo direto da queda no nível de atividade econômica, embora esse elemento de certa forma também esteja contabilizado na estimativa de perda com diferimento. O chefe do centro de estudos explicou que as medidas de diferimento de tributos tiveram impacto maior em abril do que em maio.

Ao mostrar esses números, Malaquias afirmou que, se descontados os fatores não recorrentes de maio de 2020 e maio de 2019, a queda da arrecadação das receitas administradas no período seria de 3,73%, e não de 32,52%. “Sem fatores não recorrentes, o valor [queda na arrecadação] é significativamente alterado”, frisou. No acumulado de 2020, os fatores não recorrentes reduziram a arrecadação em R\$ 118,5 bilhões ante R\$ 33,3 bilhões de 2019.

Assim, a arrecadação federal no ano soma R\$ 579,7 bilhões, com queda real de 11,9% ante o período de janeiro a maio de 2019.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça do showroom online Mercedes-Benz

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Pílula indiana anti-calvície cresce matriz capilar profunda

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Aracaju

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Não coma estes 3 alimentos ladrões de energia

DR. RAFAEL FREITAS

Rio corre para apresentar novas compensações

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

24/06/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Guilherme Mercês: "Rio de Janeiro virou filho bastardo do pacto federativo" — Foto: Valor

Em meio a uma crise política que resultou na abertura de um processo de impeachment, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, enfrenta novos revezes na área fiscal. A Secretaria estadual de Fazenda tem até 1º de julho para propor novas medidas, no valor de R\$ 31 milhões, para compensar 25 violações ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ocorridas desde 2017. Se deixar de cumprir o prazo ou apresentar contrapartidas insuficientes, o Estado corre o risco de ser excluído do RRF. Fonte potencial de recursos para o Rio, a licitação de concessões de serviços hoje prestados pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos é alvo de uma ação na Justiça impetrada pela Prefeitura da capital.

Na semana passada, a Fazenda fluminense havia proposto contrapartidas de R\$ 1,74 bilhão para compensar um total de R\$ 599,71 milhões em violações às regras do regime. Em parecer datado de segunda-feira, o conselho de supervisão informou que - do montante total compensações proposto pelo Estado - R\$ 568,7 milhões atendem às normas do RRF.

“Um Estado com orçamento de R\$ 60 bilhões não pode ficar de fora do Regime de Recuperação Fiscal por causa de R\$ 31 milhões”, afirma Guilherme Mercês, titular da Fazenda fluminense. Ele diz que o Estado vai manter a estratégia de oferecer compensações muito acima do valor pedido. “O Rio virou o filho bastardo do pacto federativo”, diz Mercês, argumentando que, por causa da pandemia, outros Estados estão com pagamentos da dívida com a União suspensos sem ter de cumprir cláusulas do RRF.

Na primeira leva de propostas, a principal medida era o bloqueio de aproximadamente 9.500 cargos vagos desde 2017, o que teria rendido desde então R\$ 775 milhões pelas contas da Fazenda estadual. Desse montante, foram aceitos pelo conselho de supervisão R\$ 327,7 milhões, com o argumento de que não seria possível retroagir no máximo até o fim de 2019. Uma segunda contrapartida - no valor de R\$ 720 milhões - foi rejeitada integralmente pelo conselho.

Ontem, a Prefeitura do Rio confirmou que ingressou com ação civil pública contra a concessão dos serviços de água e esgoto. “O procedimento licitatório da Cedae foi construído de forma ilegal, uma vez que se baseia numa legislação inconstitucional, que cria a Região Metropolitana e torna a vontade do Estado soberana à do município”, frisou a Prefeitura em nota.

STJ veda dedução integral de prejuízo fiscal em caso de extinção de empresa

1ª Turma, por um placar apertado, entendeu pela aplicação da trava de 30%

Por **Joice Bacele** — De Brasília

24/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a trava de 30% para o aproveitamento de prejuízos fiscais deve ser aplicada também nos casos em que houver a extinção da empresa, o que, na visão dos contribuintes, restringe o direito à compensação. A decisão, proferida ontem pela 1ª Turma, se deu por um placar apertado: três ministros votaram a favor da aplicação da trava e dois contra.

Esse era um dos temas tributários mais esperados pelos contribuintes. As empresas que tiveram prejuízo podem, por lei, usá-lo para reduzir os valores dos tributos que incidem sobre o lucro - Imposto de Renda e CSLL. Só que há um limite de 30% ao ano, a chamada trava.

Significa que se a empresa teve R\$ 1 milhão de lucro, por exemplo, ela poderá usar até o limite de R\$ 300 mil de prejuízo para reduzir a sua base de cálculo. Incidiriam IR e CSLL, então, sobre R\$ 700 mil e não mais sobre R\$ 1 milhão. No caso de empresas extintas, no entanto, os contribuintes defendem o abatimento integral do prejuízo fiscal.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em junho do ano passado, que a trava de 30% é constitucional. Os ministros não entraram no detalhe, no entanto, de empresas que foram incorporadas, divididas ou que participaram de processo de fusão. Por isso, a importância do julgamento do STJ.

A decisão da 1ª Turma é a primeira sobre esse ponto específico na Corte. Advogados afirmam que com o entendimento adotado - por manter a trava de 30% - há perda definitiva do direito do contribuinte de compensar os prejuízos fiscais.

“Na hora de fazer a avaliação de mercado, para extingui-la ou incorporá-la, terá que ser pago o imposto apurado no período e o prejuízo fiscal morre. A empresa que adquire não pode usar o prejuízo da extinta”, diz o advogado Julio Janolio, sócio do escritório Vinhas e Redenschi, acrescentando que essa questão acaba influenciando na decisão das empresas sobre se reorganizarem societariamente. “Haveria um incentivo se pudesse ser usado todo o prejuízo.”

O tema foi julgado, na 1ª Turma do STJ, por meio de um recurso apresentado pela Fazenda Nacional contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que havia permitido a compensação integral dos prejuízos de uma empresa incorporada pela Abril Comunicações (REsp 1805925).

O recurso foi colocado em julgamento pela primeira vez na turma em outubro do ano passado. O relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, foi o único a votar naquela ocasião. O posicionamento dele foi por permitir que, no último período de apuração, as empresas possam compensar todo o prejuízo acumulado, ou seja, sem a aplicação da trava de 30%, favorecendo os contribuintes.

Em dezembro, o julgamento foi retomado. A ministra Regina Helena Costa acompanhou o relator. Já os ministros Gurgel de Faria e Sérgio Kukina divergiram, votando pela aplicabilidade da trava mesmo nos casos de empresas extintas. Para a divergência, a compensação prevista em lei trata de benefício fiscal e, por esse motivo, constitui “mera expectativa de direito para o contribuinte”.

O voto de minerva, na sessão de ontem, coube ao ministro Benedito Gonçalves, que acompanhou a divergência. "O silêncio da lei não pode ser interpretado para ampliar o benefício fiscal", disse ao votar a matéria.

A liberação da trava de 30% só seria possível, no entendimento de Benedito Gonçalves, se houvesse autorização expressa em lei - o que não é o caso. A limitação para o uso de prejuízo fiscal no abatimento da base de cálculo do IR e da CSLL consta na leis nº 8.981 e nº 9.065, ambas do ano de 1995. A empresa envolvida no processo ainda pode recorrer da decisão da 1ª Turma.

Para o advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon, o objetivo da norma que criou a trava dos 30% não foi o de impedir a compensação dos prejuízos apurados pelo contribuinte, mas sim diferir o momento de compensação para atenuar os efeitos do encontro de contas (do prejuízo com o lucro).

“Uma vez interrompida a continuidade da empresa por incorporação, fusão ou cisão, essa regra não se justifica porque não vai haver momentos posteriores”, diz. “Não há justificativa plausível nesses casos porque a empresa deixa de existir.”
